JORNAL psi

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

número 164 • fev | mar • 2010

IV CONFERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL

hora de avançar!

PSI164_FINAL.indd 1 13/4/2010 11:27:09

índice

EDITORIAL | COMPROMISSO COM A VERDADE
O CRP SP têm se manifestado em defesa do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos e se posicionado a favor da constituição de uma Comissão de Verdade. Somada à participação nas Conferências Nacionais, esses posicionamentos mostram o compromisso dos psicólogos com a construção de um país mais humano e mais justo. **03**

CONVERSANDO COM O PSICÓLOGO | TRAGÉDIAS NÃO SÃO NATURAIS
A 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária representou um papel importante para a construção de um sistema de proteção civil que leve em conta os aspectos de prevenção, preparo e reconstrução. **04**

CAPA | PELO AVANÇO, CONTRA O RETROCESSO
Debater os avanços e desafios da Política Nacional de Saúde Mental na perspectiva da intersetorialidade. Esse é o objetivo da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, que acontece em junho, em Brasília. **06**

ESPECIAL | O PROJETO DE LEI DO ATO MÉDICO FAZ MAL À SAÚDE
O CRP SP promoveu eventos para protestar contra o "Projeto de Lei do Ato Médico" que tramita no Senado. Aprovado, ele tornará privativo dos médicos atividades exercidas por outras categorias profissionais. **10**

POLÍTICAS PÚBLICAS | POR QUE ELE INCOMODA TANTO?
O terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos despertou fortes reações em setores conservadores da sociedade e ameaçou o governo com uma crise política. Qual a importância dessa disputa para a sociedade e para os psicólogos? **12**

NUESTRA AMERICA LATINA | SOBRE AS COMISSÕES DE VERDADE
Entrevistas com os psicólogos Sol Yáñez e Ignacio Dobles abordam as Comissões de Verdade, com foco especial na América Latina. **15**

CIÊNCIA E PROFISSÃO | O VII CNP AVANÇA
Encontros preparatórios ampliam debates para o VII Congresso Nacional de Psicologia, que definirá as diretrizes de atuação para o sistema conselhos nos próximos três anos. **17**

INTERIOR | A IMPORTÂNCIA DA NOVA SUBSEDE EM SOROCABA
Nova subsede do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo atenderá área com 76 municípios e contribuirá para a integração e a mobilização dos profissionais. **18**

POLÍTICAS PÚBLICAS | PSICÓLOGOS LEVAM CONTRIBUIÇÕES À CONAE
O Conselho Federal de Psicologia distribuiu uma brochura com contribuições da Psicologia para a Educação na Conferência Nacional de Educação (Conae). **18**

ELEIÇÕES 2010 | PARTICIPE!
Psicólogo: neste ano será o momento de escolher a próxima gestão do Conselho Regional e de consulta ao Conselho Federal de Psicologia. **20**

UM MUNDO MELHOR É POSSÍVEL | POSSÍVEL E URGENTE
Debates realizados em janeiro no 10º Fórum Social Mundial tornaram evidentes a necessidade de uma nova visão de mundo. Os psicólogos estiveram presentes dando a sua contribuição. **22**

FORMAÇÃO | RESIDÊNCIAS AJUDAM A QUALIFICAR PSICÓLOGOS
Criadas a partir da Lei 11.129 de 2005, as residências multiprofissionais em área profissional da saúde são orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e abrangem as diversas profissões, a Psicologia entre elas. **24**

ORIENTAÇÃO | MELHOR, MAS AINDA ILEGAL
Resolução da ANS amplia o número de atendimentos psicológicos a serem cobertos pelas operadoras de planos de saúde, mas limitação ainda fere a lei, diz o Idec. **25**

BALANÇO | RELATÓRIO SUCINTO 2008/2009 E BALANÇO FINANCEIRO DO CRP SP **26**

PROCESSOS ÉTICOS| A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INSTITUIÇÕES FECHADAS **27**

QUESTÕES ÉTICAS | OS RISCOS DA INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA
A internação involuntária de pessoas com transtorno mental apresenta questões éticas importantes para os profissionais envolvidos nesse processo. **28**

ESTANTE | "Educação Especial: Práticas de Aprendizagem, Convivência e Inclusão", "Introdução à Psicossomática" e "Luta, Substantivo Feminino", são três dos livros apresentados nesta seção. **29**

MURAL | A nova pesquisa do CREPOP sobre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é um dos assuntos do Mural desta edição. **31**

expediente

Conselho Regional de Psicologia SP

PSI Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria
Presidente | Marilene Proença Rebello de Souza
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Andréia De Conto Garbin
Tesoureira | Carla Biancha Angelucci

Conselheiros efetivos
Andréia De Conto Garbin, Adriana Eiko Matsumoto, Carla Biancha Angelucci, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria de Fátima Nassif, Maria Ermínia Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Mariângela Aoki, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito, Vera Lúcia Fasanella Pompílio

Conselheiros suplentes
Beatriz Belluzzo Brando Cunha, Carmem Silvia Retondando Taverna, Fabio Silvestre da Silva, Fernanda Bastos Lavarello, Leandro Gabarra, Leonardo Lopes da Silva, Lilihan Martins da Silva, Luciana Mattos, Luiz Tadeu Pessutto, Lumena Celi Teixeira, Maria de Lima Salum e Morais, Oliver Zancul Prado, Silvia Maria do Nascimento, Sueli Ferreira Schiavo

Comissão de Comunicação

Coordenadora Maria de Fátima Nassif

Gerente-geral Diógenes Pepe

Coordenador de Comunicação Waltair Martão

Realização Ziroldo Carolino Comunicação
(11) 2579-5079 | 2579-5089

Jornalista Responsável Carlos Carolino (MTb 13.559)
Reportagem Carlos Martins
Arte Ligia Minami
Revisão Célia Genovez

Impressão: Esdeva Empresa Gráfica
Tiragem 68.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP
Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061-9494, fax (11) 3061-0306

E-mails
Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Anúncios e Livros | info@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP
Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Baixada Santista e Vale do Ribeira
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

ERRATA: Na edição 163, página 13, na entrevista com Martinho Braga Batista onde está dito "...a primeira é que, ao receber uma medida de segurança, as pessoas venham a ser internadas", leia-se "...a primeira é que, ao receber uma medida de segurança, as pessoas NÃO venham a ser internadas".

PSI164_FINAL.indd 2 13/4/2010 12:22:36

compromisso com a verdade

A presente edição destaca uma série de temas importantes e que estão mobilizando os psicólogos de diversas formas. Para começar, abordamos nada menos que três conferências nacionais, que estão se realizando neste primeiro semestre de 2010. São elas as de Saúde Mental, a de Educação e a de Defesa Civil. Nessas, assim como em outras áreas, a Psicologia tem se envolvido a fundo com o objetivo de apresentar não apenas uma visão crítica, mas também contribuições concretas para a construção de políticas públicas.

Até por questões históricas, o grau de envolvimento da Psicologia nessas áreas é bastante diverso. Assim, se na área da Saúde Mental nos encontramos em um patamar avançado, resultado de uma longa e intensa participação dos psicólogos e de outros setores da sociedade civil, na área de Defesa Civil temos uma presença ainda recente, mas já com propostas bastante definidas com vistas a assegurar uma proteção ampla e adequada à população. Quanto à Educação, apesar do longo trajeto já percorrido pela Psicologia junto a esse campo, é preciso reconhecer que ainda há muito o que consolidar enquanto ações concretas do Sistema Conselhos, como a reportagem sobre a presença na CONAE deixa claro.

Outro tema relevante diz respeito ao terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3) e, em particular, à proposta de instalação de uma Comissão de Verdade, para apurar torturas, desaparecimentos e outras violações de direitos praticadas durante o regime militar. Trata-se de um assunto significativo para a Psicologia, uma vez que aborda a questão da memória social e de seus desdobramentos para a população. A construção de sociedades com memórias de sua dor – como deixa claro o livro "Memorias del Dolor", do psicólogo costarricense Ignacio Dobles Oropeza, cujo depoimento se encontra nessa edição – é essencial para que se possa construir sociedades verdadeiramente humanas e democráticas.

Cabe aqui registrar a demora na criação de uma Comissão de Verdade no Brasil, iniciativa realizada por outros países latino-americanos, e também as reações contrárias a essa proposta de apuração dos fatos, com forte repercussão na mídia. Mais de vinte anos depois da Constituição de 1988, essas reações revelam o quanto de autoritarismo se conserva vivo em segmentos da sociedade brasileira. Autoritarismo ao qual se soma o conservadorismo, que se manifesta frente a temas como a descriminalização do aborto ou a união civil de pessoas do mesmo sexo, abordados no PNDH3. Um Programa de Direitos Humanos deve propor e assegurar direitos onde eles estejam ausentes. Sem o respeito aos direitos humanos e sem uma preocupação ampla com a sociedade, não há como se pensar numa Psicologia verdadeiramente ética.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO | GESTÃO 2007-2010

PSI164_FINAL.indd 3 13/4/2010 11:27:16

A 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, realizada em março, em Brasília, representou um papel importante para a construção de um sistema de proteção civil que desnaturalize as tragédias e leve em conta não apenas o aspecto da resposta a situações de crise, mas também os aspectos de prevenção, preparo e reconstrução nos quais o trabalho do psicólogo é fundamental.

tragédias

Qualquer que seja o *zoom* escolhido, uma fotografia dos estragos provocados pelas chuvas que atingiram o Estado de São Paulo em janeiro deste ano mostrará dano, medo e dor. Encostas deslizaram nos morros ameaçando moradores; pistas cederam em rodovias criando situações de risco; alagamentos deixaram submersos bairros ou mesmo cidades inteiras. Em Atibaia, 900 famílias foram atingidas pelas chuvas e pelo transbordamento das represas Atibainha e Jaguari, do Sistema Cantareira. No Vale do Paraíba, as águas destruíram São Luiz do Paraitinga e levaram com elas um acervo histórico inestimável.

Na capital paulista, mais do mesmo: grandes inundações foram registradas nas marginais e na Zona Leste. Milhares de moradores viram suas casas tomadas pelas águas; muitos perderam fogões, geladeiras e até automóveis. Em áreas como Sapopemba, protestos foram organizados pelos atingidos. No total, de acordo com a Defesa Civil estadual, mais de 18 mil pessoas ficaram desalojadas e mais de nove mil desabrigadas em consequência das chuvas. Como se isso não bastasse, a principal tragédia: 64 pessoas perderam a vida nesses episódios.

A quantidade de chuva que caiu sobre São Paulo, neste janeiro, só encontra equivalente em janeiro de 1947, quando a precipitação registrada alcançou 481 milímetros – um a mais que em 2010. Ainda que a excepcionalidade do fato seja inegável, ela não retira dos ombros dos poderes públicos a responsabilidade de oferecer proteção adequada à população. Mais ainda: a constatação de que situações de emergência e desastre tendem a aumentar com as grandes alterações climáticas ou em decorrência da própria atividade humana coloca na ordem do dia a questão de como deve ser pensado e estruturado esse apoio à população.

Por tudo isso, a 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária representou um papel importante e de grande interesse para os psicólogos. Ao apontar diretrizes para políticas públicas nessa área, a Conferência colocou em debate a construção de um sistema de proteção civil que desnaturalize as tragédias e leve em conta não apenas o aspecto da resposta a situações de crise, mas também os aspectos de prevenção, preparo e reconstrução que precisam existir nesses cenários. Vale acrescentar que tanto o CFP como CRP SP participaram do evento com delegados e observadores.

DEBATE CRESCE – O tema das emergências e desastres já vem sendo debatido em diversos eventos. No 10º Fórum Social Mundial (*leia na página 22*), por exemplo, aconteceu o debate "Por uma política pública de defesa civil: construindo a Conferência Nacional". Nele, a professora Norma Valêncio, da UFSCar, enfatizou que desastres não são "naturais". "Eles são o resultado da ação de uma sociedade que não se mobilizou para preveni-los". Segundo ela, um desastre evidencia uma falha institucional, uma falha da sociedade que precisa ser objeto de avaliações e de aprendizagem. Ela observou ainda que, a cada ano, cerca de 1,4 mil decretos de emergência por desastres são reconhecidos pelo governo federal no país e que dados da Secretaria de Defesa Civil apontam que as mesmas cidades, muitas vezes, passam por situações de emergência em um único ano.

No mesmo evento, a psicóloga Cristina Silva, ex-diretora da Secretaria Nacional de Defesa Civil, avaliou como "insuficiente" a formulação

PSI164_FINAL.indd 4 13/4/2010 11:27:19

ROGERIO MARQUES / VALEPARAIBANO

OLHARES PERDIDOS

Na passagem de ano, a psicóloga Adela de Santi estava na residência de amigos em São Luiz do Paraitinga, no Vale do Paraíba. A casa fica em um lugar elevado. Mesmo assim, o nível da água subiu de forma assustadora. Em pouco tempo todos tomariam ciência de que a cidade vivia uma situação de desespero. Adela, que é membro da Comissão Gestora da Subsede do Vale do Paraiba e Litoral Norte, se envolveu no trabalho de ajuda à população, visitando abrigos, mas de maneira informal. Um trabalho estruturado começou a ser feito posteriormente com a coordenação de outra psicóloga, Marly Nogueira dos Santos, que trabalha na prefeitura local. Segundo ela, houve diversas ofertas de ajuda por parte de psicólogos da capital. “Hoje entidades como o SESI, o Instituto 4 Estações, o CAPS de Pindamonhangaba e o Instituto Familiae estão de diferentes formas ajudando a população enfrentar a situação”, diz Marly.

Em que medida esses esforços poderão estimular a adoção de políticas preventivas no futuro, é cedo para dizer. Para Adela, a imagem que mais chamou sua atenção foi a de pessoas caminhando na rua. “Eram pessoas que tinham perdido não só bens materiais, mas também fotos, lembranças, a história de suas vidas. E depois que as águas baixam, as pessoas vêm suas vidas invadidas por sentimentos como o medo e o desamparo”, diz. Em 2007, a subsede do CRP SP no Vale promoveu um simpósio multiprofissional no qual foi exibido um documentário sobre enchentes. Nele, os moradores de uma localidade falavam com muita mágoa do episódio, mesmo depois de terem se passado décadas. “Uma experiência como essa não é algo que se possa simplesmente deixar para trás”, diz Adela.

não são naturais

que há no Brasil sobre as ações voltadas para as pessoas afetadas por esses acontecimentos. “Há um confronto entre dois projetos: o que vigora hoje é ligado ao resgate de vítimas. O outro tenta dar assistência integral à população por meio de assistência humanitária”. De acordo com Cristina, o primeiro projeto tem ênfase no saber militar, no resgate, nos equipamentos, que são necessários, mas não são tudo. “Esse projeto não prevê a assistência humanitária, não sabe o que fazer com as populações após o socorro. Há uma aceitação de que todo desastre tem um passivo, que fica por conta de quem vive o desastre e que acaba por ser responsabilizado pela reconstrução material, psicológica e histórica do local destruído”, afirmou.

Outro evento importante foi o “Simpósio Nacional Construindo Comunidades Mais Seguras” que aconteceu no V Defencil – V Seminário Internacional de Defesa Civil. Realizado no final do ano passado em São Paulo, atraiu representantes da Defesa Civil, de associações de moradores, municípios, entidades governamentais e não-governamentais ligadas a meio ambiente, habitação, saúde, entre outras áreas. Nele, Janaina Rocha Furtado, do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina (Ceped UFSC), reforçou a ideia de que “cabe ao poder público atender as necessidades da população, e cabe à sociedade atuar na construção de políticas públicas e participar do controle social das mesmas”.

A PSICOLOGIA CONTRIBUI – A contribuição da Psicologia para o tema Emergência e Desastres é largamente reconhecida em locais como Estados Unidos, Canadá e Europa”, diz o psicólogo Marcus Vinícius de Oliveira Silva, especialista em saúde coletiva e professor adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA). No Brasil, segundo ele, a atuação dos psicólogos na área ainda é pequena, mas a idéia é formar profissionais especializados nesse campo (iniciativa na qual o Conselho Federal de Psicologia está envolvido), com a proposta de criar estruturas multiprofissionais capazes de garantir uma proteção civil digna do nome.

“Dentro de uma lógica multiprofisional, psicólogos e outros especialistas podem atuar em projetos de prevenção”, diz Vinicius. “Por exemplo, participando de processos educativos que levem as pessoas a mudar comportamentos no que se refere à preservação do meio ambiente”, diz. Podem, ainda, ajudar na organização de comunidades sujeitas a risco, no sentido de prepará-las para enfrentar melhor uma situação de emergência. Ele lembra também que a vida continua depois dos desastres e que a reconstrução também precisa ser abordada. O que precisa ser recuperado antes de mais nada? De que formas o Estado pode contribuir para que as pessoas recuperem o patrimônio perdido? “A participação da sociedade é importante nessas e em outras decisões e os psicólogos têm um importante papel nesse processo de ajudar a criar cidadania”, diz.

Acerca disso, Vinícius chama a atenção para o fato de que a Defesa Civil hoje no Brasil é, por razões históricas, uma área de influência de instituições militares, especialmente o Corpo de Bombeiros. Disso decorre, segundo ele, uma visão em relação a emergências e desastres que privilegia a resposta à ameaça presente, em detrimento da prevenção, do preparo e da reconstrução. “É exatamente nessas outras áreas que o trabalho de psicólogos e de outros profissionais pode se mostrar mais valioso, dentro de uma perspectiva de auxílio efetivo às populações”, afirma.

PSI164_FINAL.indd 5 13/4/2010 11:27:22

pelo avanço

Debater os avanços e desafios da Política Nacional de Saúde Mental na perspectiva da intersetorialidade é o objetivo da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, marcada para 27 a 30 de junho, em Brasília, tendo como tema "Saúde Mental direito e compromisso de todos: consolidar avanços e enfrentar desafios".

O evento está mobilizando usuários e profissionais ligados à Saúde Mental e também a outros setores que podem contribuir para a construção de políticas visando a cidadania e a promoção da saúde mental da população. Ainda neste primeiro semestre, eventos preparatórios estão previstos para ocorrer em nível municipal e estadual. Na etapa municipal e/ou regional, que vai até 15 de abril, os interessados poderão analisar as situações existentes em suas cidades e apresentar propostas e sugestões. Deverão, ainda, eleger delegados para a etapa estadual, que deverá ser concluída até 23 de maio de 2010.

Os debates deverão estar orientados por três eixos temáticos:

- Saúde Mental e Políticas de Estado: pactuar caminhos intersetoriais.
- Consolidar a rede de atenção psicossocial e fortalecer os movimentos sociais.
- Direitos Humanos e cidadania como desafio ético e intersetorial.

Para compreender melhor o contexto em que ocorre a IV Conferência, pode-se recuar a 2001 quando, após um longo período de mobilização social, foi instituída a Lei 10.216. Marco na área da Saúde Mental, a lei propôs um modelo de atendimento não mais centrado nos hospitais, mas em uma rede de atenção e com a proposta de reinserção dos usuários na comunidade e na vida social.

Assim, além de proibir a criação de novos leitos psiquiátricos no SUS, a lei aponta para a criação de políticas públicas que possam garantir a total substituição do hospital psiquiátrico por dispositivos de cuidado pautados na liberdade, na participação na vida comunitária e no projeto terapêutico individualizado. Nesse sentido, foram criados dispositivos como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a Residência Terapêutica e o programa De Volta pra Casa.

Essas propostas avançaram de forma significativa em várias frentes, com destaque para a expansão da chamada rede substitutiva de serviços. O modelo proposto pela Reforma parecia estar consolidado, ainda que sujeito a críticas – quanto ao ritmo de seu crescimento ou à qualificação dos serviços, denotando a necessidade de avanços na sua implantação. Nos últimos anos, contudo, esse modelo da Saúde Mental, assim como o próprio SUS, na sua concepção de serviço público e gratuito, garantido a todos os cidadãos, com equidade de oferta de serviços, passou a ser fortemente atacado.

A carga tem partido de setores que enxergam a Saúde dentro de uma concepção mercadológica. Para explorá-la economicamente, é necessário que esta deixe de ser um direito inalienável do cidadão e que se volte a privilegiar o hospital como o centro do atendimento. Esse ataque tem se manifestado, por exemplo, sob a forma de "terceirizações" de serviços, realizado por governos estaduais e municipais em parceria com empresas que atuam na área da Saúde. Além de um desrespeito flagrante a princípios básicos do SUS – como a equidade, a universalidade, a territorialização e, sobretudo, o controle social – essas iniciativas reduzem as atividades a simples

PSI164_FINAL.indd 6 13/4/2010 11:27:25

contra o retrocesso

PSI164_FINAL.indd 7 13/4/2010 11:27:32

TRÊS EXPECTATIVAS

A seguir algumas expectativas sobre a IV Conferência de Saúde Mental:

I - Para a psicóloga Sandra Fagundes, ex-coordenadora de Saúde Mental do Rio Grande do Sul e consultora do Ministério da Saúde na área técnica da Saúde Mental, a IV Conferência será uma oportunidade para debater temas essenciais para o avanço da reforma, como o financiamento para a Saúde Mental e a estruturação e gestão dos serviços. "Os recursos financeiros para a saúde mental representam apenas 2,4% da área da Saúde. Em outros países esse percentual chega a até 10%. Eu entendo que é preciso pelo menos dobrar essa porcentagem atual para poder consolidar a reforma", diz Sandra. Segundo ela, sem um financiamento adequado, os serviços de Saúde Mental se tornam alvo de críticas e de movimentos que contrariam o espírito da reforma psiquiátrica. Sandra também destaca a necessidade de atualização dos indicadores sociais em relação à reforma psiquiátrica brasileira, o que não acontece desde 2001.

II - Usuária dos serviços de Saúde Mental, a ex-bancária Maria Dirce Cordeiro vem dedicando boa parte dos seus últimos anos a participar ativamente de iniciativas voltadas ao atendimento de outros usuários na região do ABC, em São Paulo. Na administração anterior da cidade de Santo André, ela participava de uma organização que dava apoio a mais de vinte pessoas portadoras de transtorno mental. Dirce acredita que um aspecto importante da IV Conferência será a intersetorialidade. Segundo ela, a participação de representantes de outros setores – como, por exemplo, o Ministério do Trabalho ou o Ministério da Cultura – poderá contribuir para a garantia de uma atenção em sentido amplo. Nesse sentido ela destaca as iniciativas de economia solidária que estão se multiplicando pelo país, abrindo perspectivas para a obtenção de trabalho e renda.

III - Para o psicólogo Marcus Vinícius de Oliveira Silva, especialista em Saúde Pública e militante da Luta Antimanicomial, a IV Conferência representa uma oportunidade para avaliar a política de saúde mental do governo Lula. "Trata-se de uma política que apresenta vários aspectos positivos, com destaque para a expansão da rede substitutiva que, em números aproximados, passou de 350 serviços para 1.500 em todo o país", afirma. Ele nota, contudo, que a questão nessa área passou a ser tratada sob um aspecto mais tecnocrático e que algumas ações fundamentais propostas pelo movimento antimanicomial – como o fechamento de leitos psiquiátricos – perderam fôlego. Frente a esse quadro, diz Vinícius, "a IV Conferência será uma oportunidade para retomar um debate amplo, democrático e crítico sobre os rumos da Saúde Mental no Brasil", diz.

processos de atendimento ambulatorial, que não garantem a integralidade do atendimento aos usuários da rede de atenção.

A reação por parte dos setores sociais comprometidos com o SUS e com as propostas de uma Reforma Psiquiátrica Antimanicomial teve seu ponto alto na "Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial". Realizada no dia 30 de setembro de 2009, em Brasília, reuniu 2.500 participantes que entregaram uma lista de reivindicações a Gilberto Carvalho, Chefe de Gabinete do presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, entre elas a demanda de realização da IV Conferência.

De acordo com Elisa Zanerato Rosa, psicóloga e conselheira do CFP, a marcha fortaleceu a idéia de se construir uma conferência intersetorial. "Naquele momento nós discutíamos que era necessário avançar na política da reforma psiquiátrica, numa direção antimanicomial, isto é, com uma política contra os espaços de isolamento, com a participação social do usuário, com a inserção na vida comunitária e assim por diante", diz. Segundo ela, entendia-se que havia um campo de discussão a ser feito com o Ministério da Saúde a fim de avaliar questões como a existência, ainda, de leitos psiquiátricos; a insuficiência de CAPS e da atenção 24 horas ou então, a existência de moradores sem a cobertura do programa "De Volta para Casa". "Mas entendia-se também que a condição de cidadania do usuário só se efetiva se envolver outras políticas públicas", relata.

Elisa cita diversos exemplos de questões que envolvem outras áreas além da Saúde para os quais uma conferência intersetorial pode dar respostas: "No campo da Cultura, que preconceitos precisam ser superados? No campo da Justiça, o que pode ser feito para evitar que o usuário da saúde mental seja destituído de cidadania por ser considerado incapaz? No campo do Trabalho, como avançar para ampliar a participação dos usuários em iniciativas de geração de renda, como as propostas no âmbito da Economia Solidária. No campo dos Direitos Humanos, que violações ainda existentes em instituições hospitalares precisam ser identificadas e interrompidas?", diz.

Por conta dessa diretriz multisetorial, 70% dos delegados da conferência serão originários da área da Saúde e 30% serão originários desse outros setores. Para Elisa, é im-

A EVOLUÇÃO DAS CONFERÊNCIAS

1987

A I Conferência Nacional de Saúde Mental aconteceu dentro do processo de redemocratização do país. Nela, as bases filosóficas do pensamento da Reforma Sanitária se encontram com os movimentos de crítica à assistência psiquiátrica que havia no país, ambas com forte componentes antiautoritários. A Conferência fez uma crítica radical sobre a institucionalidade da saúde pública brasileira e propôs o que viria a ser o modelo do SUS. A primeira conferência nacional também serviu de base para a reorganização do Movimento Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental e para a realização em Bauru, em 1987, do II Congresso Nacional do Trabalhador de Saúde Mental – evento no qual se aprofundaram as críticas ao modelo então vigente.

1992

A II Conferência Nacional de Saúde Mental refletiu os avanços realizados desde o evento anterior. Nesse período, o movimento social produziu três eventos muito significativos: a instituição do 18 de Maio como dia da Luta Antimanicomial; a aprovação pela Câmara Federal do Projeto de Lei Paulo Delgado e o surgimento de experiências como as de Santos, no governo Telma de Souza, em 1989, que mostram o que se postula como novo modelo de atendimento. Assim, a Conferência de 92 procurou estabelecer novas formas de atendimento com base nas propostas do movimento antimanicomial e marcou o início do processo de redução do número de leitos em instituições psiquiátricas.

PSI164_FINAL.indd 8 13/4/2010 11:27:32

portante que nas suas etapas preparatórias da conferência (municipal e/ou regional e estadual) cada localidade avalie quais são as suas parcerias fundamentais. “É preciso construir redes com representantes de outras áreas, sejam eles trabalhadores, usuários ou gestores, para alcançarmos os objetivos de uma reforma que seja, de fato, antimanicomial”, diz.

O encontro será, assim, um palco de disputa entre as propostas antimanicomiais e outras, que apontam na direção de uma clínica tradicional e hospitalar. Como diz Elisa, há uma tensão no campo. “A ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria) quer um tipo de reforma psiquiátrica; o CFP e o movimento social da Luta Antimanciomial querem uma outra reforma Psiquiátrica. E outros atores do campo tem interesses diversos. Esses conflitos têm aparecido na mídia. Diferentes entidades defendendo diferentes modelos de atenção. A conferência será um espaço para esse debate. Vamos lá disputar posição e queremos que a posição vencedora seja empreendida pelo Estado como política pública”.

Ainda segundo Elisa, a conferência tem um duplo interesse para os psicólogos. “Nós, como profissionais, temos um acúmulo de conhecimentos no campo da Saúde Mental além de uma militância histórica na luta antimanicomial. Estamos tentado construir uma outra clínica, um outro modelo de atenção. Ao mesmo tempo, participar desse debate é uma oportunidade que os psicólogos têm de participar da deliberação de diretrizes para a transformação de uma política pública na qual estamos amplamente inseridos. Ela deixa claro, entretanto, que a conferência deve contar, além dos psicólogos, com a ampla participação das demais categorias profissionais que atuam na área.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NA SAÚDE MENTAL

Em São Paulo, iniciativas visando a geração de trabalho e renda por e para usuários dos serviços de Saúde Mental vêm tomando corpo. Em dezembro passado, a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo realizou a II Feira de Saúde Mental e Economia Solidária, em Embu das Artes. O evento permitiu a exposição e comercialização de produtos e serviços dos projetos e empreendimentos econômicos solidários e dos trabalhadores, usuários da Rede de Saúde Mental do Estado de São Paulo. Cerca de 30 projetos de trabalho e renda de diversas cidades paulistas participaram da feira.
A programação contou ainda com apresentações culturais de vários CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e dos CECCOs (Centros de Convivência e Cooperativismo). O objetivo foi apresentar para o público visitante as potencialidades criativas e produtivas dos usuários da Rede de Saúde Mental. O evento contou com o apoio de diversas entidades, entre elas o Conselho Regional de Psicologia SP.

2001

A III Conferência fez uma reflexão sobre um campo de prática já estabelecido. O foco se concentrou no aprimoramento do novo modelo e avanços foram realizados no campo da intersetorialidade. O evento conta com uma participação maior dos usuários, não apenas no que se refere à reivindicação de direitos, mas também na elaboração de propostas. Na ocasião já se vislumbrava a necessidade de atuações intersetoriais. Temas como cidadania, educação, cultura e mídia já aparecem nos vídeos sobre o evento.

Ao alto, o Presidente do CFP, Humberto Verona com Gilberto Carvalho; abaixo, momentos da Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, realizada em Brasília.

PSI164_FINAL.indd 9 13/4/2010 11:28:17

o projeto de lei do ato médico faz mal à s

Os últimos meses foram marcados por intensas manifestações contra a aprovação do chamado "Projeto de Lei do Ato Médico". No dia 27 de fevereiro, 20 mil pessoas se reuniram no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, em evento organizado por Conselhos profissionais de Saúde. Na Psicologia, houve o apoio das entidades da FENPB, CONEP, COREP e SinPsi. Estavam também presentes representantes de outras entidades, sindicatos, parlamentares, profissionais, professores, estudantes e usuários. O objetivo principal foi à defesa do direito à Saúde, segundo os princípios do SUS (Sistema Único de Saúde) e da autonomia profissional, além de protestar contra o PL do Ato Médico.

Esse projeto tramita no Congresso Nacional desde 2002. Foi aprovado no Senado em 2006, na Câmara dos Deputados no final de 2009 e retornou ao Senado, onde tramita em caráter terminativo. Se aprovado, ele tornará privativo dos médicos atividades exercidas por outras categorias profissionais, tais como psicólogos, assistentes sociais, farmacêuticos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

O CRP SP tem encaminhado material e se reunido com diversos parlamentares e assessores. No dia 12 de janeiro participou de reunião com o senador Romeu Tuma e, no dia 26 de fevereiro, com o senador Eduardo Suplicy. Já foi solicitada reunião com o senador Aloizio Mercadante. Ocorreram encontros com os deputados estaduais Bete Sahão, Edson Ferrarini e José Candido e recebemos manifestação expressa de apoio dos parlamentares Ivan Valente, Aldo Demarchi, José Policie Neto e Floriano Pesaro.

Discursando no evento, a presidente do CRP SP, Marilene Proença, criticou o projeto por caminhar em direção oposta a uma prática multiprofissional e humanizada e destacou a importância da pressão popular para tentar barrar a sua aprovação (*leia entrevista na página ao lado*).

No estande montado pelo CRP SP no Ibirapuera foi distribuído material institucional e os manifestantes puderam preencher um abaixo-assinado. Outros conselhos realizaram avaliação postural, detecção de diabetes e avaliação cardiorespiratória. Ocorreram atividades culturais, como a apresentação do grupo humorístico Sustentáculos e do cantor e compositor Zeca Baleiro.

Os psicólogos também participaram de mobilizações nacionais contra o PL do Ato Médico no dia 9 de março, aprovadas na reunião do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da área da Saúde (Fentas). As ações ocorreram em diversos Estados do País: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Na capital paulista, um evento teve lugar na Assembleia Legislativa. O encontro envolveu vários conselhos de Saúde, sob coordenação do gabinete do deputado estadual e psicólogo Edson Ferrarini, que se dispôs a trabalhar pelo veto ao PL junto aos colegas parlamentares. Ao se dirigir à

Foto 1: Manifestação contra o Ato Médico no Ibirapuera.
Foto 2: Ato em Assis, na Praça da Catedral.
Foto 3: Encontro com o senador Eduardo Suplicy.
Foto 4: Manifestação em Sorocaba.

PSI164_FINAL.indd 10 13/4/2010 11:28:23

saúde

Plenária, ele afirmou: "Está se criando uma grande reserva de mercado e não podemos ser a favor de um movimento desse tipo".

Em Assis, a manifestação ocorreu na Praça da Catedral, na região central da cidade. Em Ribeirão Preto, aproximadamente 300 estudantes receberam informações a respeito do Ato Médico e suas consequências na Universidade de São Paulo. Nenhum estudante era a favor; até mesmo alunos da Medicina afirmavam que desconheciam o projeto e posicionaram-se contra o "Ato Médico".

OUTRAS AÇÕES – Além dessas iniciativas também ocorreram debates na PUC SP (04 de dezembro), UNESP Bauru (16 de dezembro) e Instituto de Psicologia USP (10 de março), além de pronunciamento em reunião da União de Movimentos Populares de Saúde da Cidade de São Paulo. Na Mídia, destaque para a participação em programas na Rádio CBN (25 de fevereiro) e TV Assembléia Legislativa (2 de março).

No dia 2 de março, em Sorocaba, estudantes dos cursos de Psicologia, Enfermagem e Fisioterapia da Universidade Paulista protestaram contra o PL do Ato Médico, chamando a atenção da mídia, do presidente Lula e alguns políticos que estavam no local para a inauguração da nova fábrica da Case New Holland.

A mobilização pela rejeição do PL do Ato Médico continua. Os abaixo-assinados podem ser preenchidos pelo *site* e convidamos a todos a intensificarem e se engajarem nesse trabalho, divulgando e participando das ações promovidas. Mantenha-se informado pela internet: www.naoaoatomedico.org.br.

UM PROJETO QUE DESQUALIFICA PROFISSIONAIS

A presidente do CRP SP, Marilene Proença, fala sobre as consequências que o PL do Ato Médico, caso seja aprovado, trará para os profissionais e para a população.

PSI – Porque os Psicólogos são contrários ao PL do Ato Médico?
Marilene Proença – O PL do Ato Médico deixa claro o interesse corporativo da classe médica por reserva de mercado. Ele também interfere na autonomia de outras categorias profissionais e fere os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que considera os múltiplos fatores determinantes da saúde. Nós não somos contrários à atualização da regulamentação da Medicina. Ela é importante e legítima, mas a forma como se apresenta é completamente inadequada.

PSI – Que tipo de restrição o projeto coloca para os psicólogos?
Marilene Proença – Ele determina, por exemplo, que o diagnóstico de doenças e a indicação de tratamento será privativo dos médicos. Um psicólogo ficaria, assim, impedido de fazer diagnóstico de psicopatologias e indicar psicoterapia. Num caso como esse, o usuário de serviço de saúde precisaria procurar primeiro um médico para só então ser encaminhado a um psicólogo. Vale dizer: o cidadão só terá acesso às competências das demais áreas de Saúde, se o médico entender que isso é necessário. O conhecimento de outras áreas, reconhecidos cientifica e socialmente, fica, assim, desqualificado.

PSI – O PL também veda práticas específicas como a acupuntura?
Marilene Proença – Sim, o projeto determina que será privativa dos médicos a realização de procedimentos invasivos da derme e da epiderme, o que inclui a acupuntura. Vale notar que a acupuntura não é privativa de qualquer profissão. No caso do psicólogo, ela é utilizada como um recurso complementar e pode ser realizada mediante formação e capacitação do profissional. Vale lembrar também que o psicólogo acupunturista tem código específico na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho. Não deixa de ser irônico o fato de que os médicos, que até bem pouco tempo questionavam a eficácia da acupuntura, hoje reivindiquem o seu uso exclusivo.

PSI – Há outr as pontos importantes no projeto?
Marilene Proença – Sim. Um deles é o que torna privativa dos médicos a chefia de serviços médicos em qualquer unidade de Saúde. É algo que caminha na contra-mão da história. Hoje nos hospitais, centros de atendimento psicosocial ou nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, os cargos de chefiam são exercidos multiprofissionalmente. Uma coisa é ser um bom técnico. Outra é ser um bom gestor. Ao usuário o que interessa é um serviço de saúde com bons técnicos em suas respectivas funções, inseridos em um serviço bem administrado.

Marilene Proença: projeto fere autonomia de várias categorias profissionais.

PSI164_FINAL.indd 11 13/4/2010 11:28:26

programa nacional de direitos humanos
por que ele in

Ao tocar em questões importantes que afetam a vida de milhões de brasileiros e, sobretudo, por tentar estabelecer a verdade histórica sobre a repressão durante o regime militar, o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos despertou fortes reações em setores conservadores da sociedade e ameaçou o governo com uma crise política. Qual a importância dessa disputa para a sociedade e para os psicólogos?

Elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e apresentado pelo governo federal em dezembro do ano passado, O Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3) poderia ter passado de forma discreta pela mídia. Suas diversas propostas já haviam sido largamente debatidas em dezenas de conferências temáticas e em uma conferência nacional ocorrida em 2008. Não foi o que aconteceu. Militares, latifundiários e donos de empresas de comunicação criticaram duramente o documento, sinalizando o início de uma crise política.

Muito barulho por nada? Como observado pelo jurista Fábio Konder Comparato, em artigo publicado no site da revista *Caros Amigos*, os pontos que provocaram reação já constavam dos dois programas anteriores, elaborados e aprovados nos dois mandatos sucessivos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Entre as "audácias" do novo documento estariam, no campo da Comunicação, a regulamentação, depois de 21 anos da promulgação da lei, do artigo 221 da Constituição (que trata da produção e da programação das emissoras de rádio e televisão) e, no campo da Reforma Agrária, a atualização dos índices de utilização da terra e eficiência na exploração que foram fixados em 1975. Nas palavras de Comparato, "não é preciso ter olfato aguçado para sentir em tudo isso o fedor eleitoral".

Aspectos eleitorais à parte, o jornalista, escritor e ex-preso político Alípio Freire vê, no episódio, uma demonstração do caráter reacionário existente em diversos setores da sociedade brasileira. "As propostas contidas no programa são exatamente isso: propostas. O adequado seria simplesmente que o governo as recebesse e as encaminhasse ao Congresso, onde elas passariam por um processo democrático de disputa". O que ocorreu, segundo ele, foi um "golpe baixo", no qual os setores mais conservadores optaram por "socar" o programa antes mesmo de ele subir ao ringue. Nesse sentido, segundo Alípio, as reações a propostas como aborto e união civil entre pessoas do mesmo sexo, que enfrentam oposição da Igreja Católica, por exemplo, foram utilizadas principalmente como formas de tentar desacreditar as propostas do programa como um todo.

COMISSÃO DE VERDADE – Não há dúvida de que o PNDH3 toca em temas controversos como a descriminalização do aborto; o apoio à união civil entre pessoas do mesmo sexo; o direito de adoção por casais homoafetivos e a regulamentação da profissão de prostituta. A inclusão desses e de outros tópicos em um programa como o PNDH3 encontra justificativa dentro da perspectiva de levar a concepção de Direitos Humanos, de forma transversal, às diversas políticas públicas do país. Que eles tragam à tona situações de conflito é mais do que esperado em um plano que se propõe a assegurar direitos onde eles ainda estão ausentes. Mas o epicentro do terremoto acabou sendo a proposta de criação de uma Comissão de Verdade (que originalmente deveria se chamar Comissão de Verdade e Justiça), com o objetivo de apurar responsabilidades sobre os crimes cometidos pela repressão nos regimes militares.

Diante da ameaça de uma crise, o governo federal negociou uma saída política. Em novo decreto, assinado no dia 13 de janeiro pelo presidente Lula, foi retirada a expressão "repressão política" do texto original do programa que previa a elaboração "até 2010, de projeto de lei que institua a Comissão Nacional de Verdade (...) para examinar as violações de direitos humanos no contexto da repressão política". Deixar expressa formalmente a possibilidade de investigar os

PSI64_FINAL.indd 12 13/4/2010 11:28:29

comoda tanto?

órgãos de repressão tocou em uma ferida que ainda incomoda os militares.

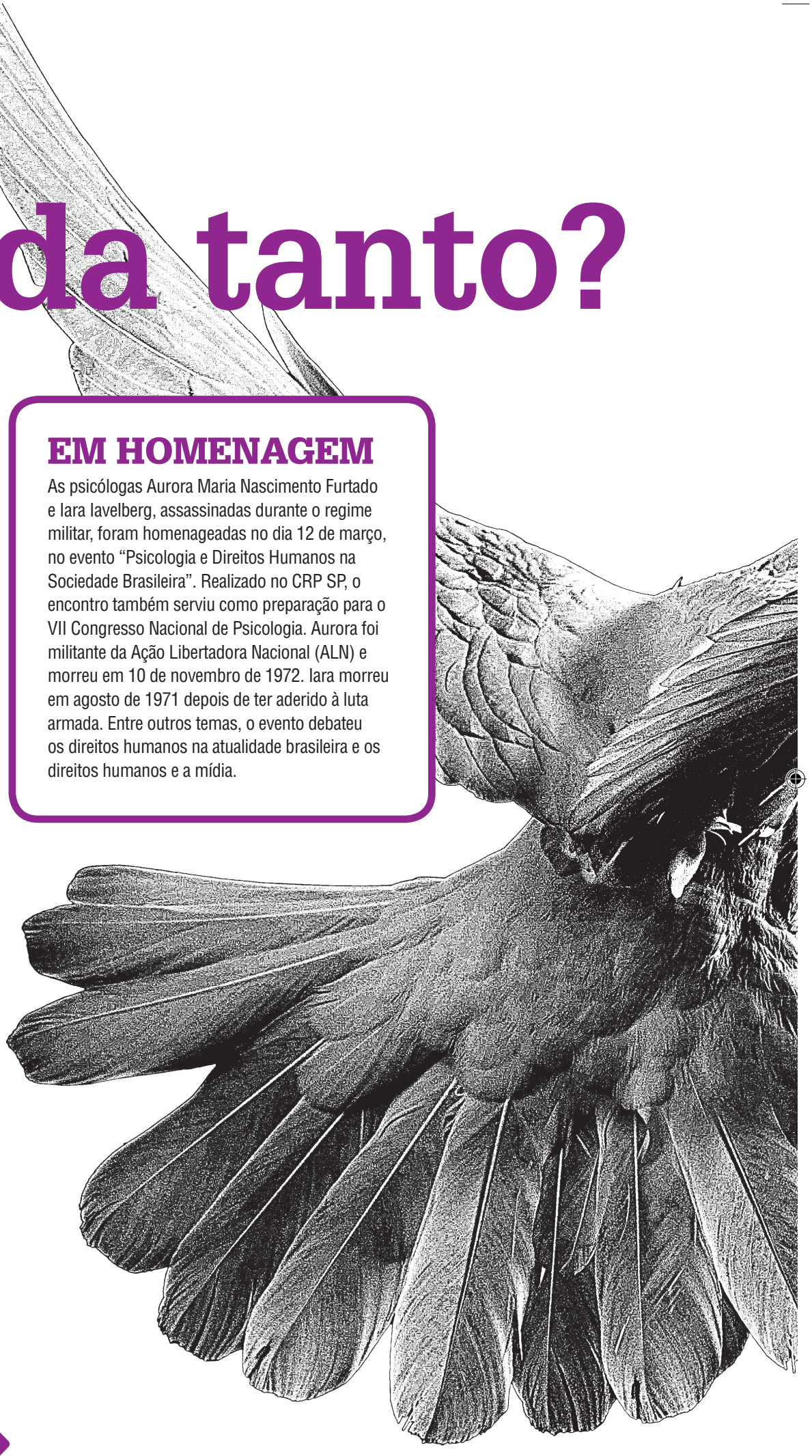
A manifestação mais explícita sobre o assunto partiria do general do Exército Maynard Marques de Santa Rosa que atacou, em carta, a criação da Comissão de Verdade. Nela, o militar afirmou que "confiar a fanáticos a busca da verdade é o mesmo que entregar o galinheiro aos cuidados da raposa" e que "a 'Comissão de Verdade' de que trata o Decreto, de 13 de janeiro de 2010, certamente será composta dos mesmos fanáticos que, no passado recente, adotaram o terrorismo, o sequestro de inocentes e o assalto a bancos como meio de combate ao regime para alcançar o poder." O Regulamento Disciplinar do Exército proíbe manifestações públicas não autorizadas a respeito de assuntos de natureza político-partidária. Por decisão do ministro Nelson Jobim, da Defesa, e do comandante do Exército Enzo Peri, Santa Rosa foi exonerado.

Vale lembrar que esse tipo de comissão foi adotado em outros países latino-americanos como Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Peru, que passaram por situações similares no passado recente (*veja na página 15*). Em nenhum desses países o funcionamento dessas comissões gerou uma crise institucional. O que se pode concluir dessa resistência?

A resposta, de acordo com o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), está no fato do programa haver tocado em temas fundamentais que fazem cair a máscara antidemocrática daqueles que o atacam. Segundo nota pública do movimento, essas posições põem em evidência as posturas refratárias aos direitos humanos, que se manifestam (entre outros aspectos) "no revanchismo de setores militares, que insistem em ocultar a verdade sobre o período da ditadura militar, na criminalização da juventude e da pobreza e na desmoralização e criminalização de movimentos sociais e de defensores de direitos humanos".

EM HOMENAGEM

As psicólogas Aurora Maria Nascimento Furtado e Iara Iavelberg, assassinadas durante o regime militar, foram homenageadas no dia 12 de março, no evento "Psicologia e Direitos Humanos na Sociedade Brasileira". Realizado no CRP SP, o encontro também serviu como preparação para o VII Congresso Nacional de Psicologia. Aurora foi militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e morreu em 10 de novembro de 1972. Iara morreu em agosto de 1971 depois de ter aderido à luta armada. Entre outros temas, o evento debateu os direitos humanos na atualidade brasileira e os direitos humanos e a mídia.



PSI164_FINAL.indd 13 13/4/2010 11:28:33

PERSPECTIVAS – A crise acabou inibindo a criação da Comissão da Verdade por decreto presidencial, como era originalmente esperado. Para se constituir, ela terá de percorrer um caminho mais longo, que passa pelo Congresso Nacional. O mesmo valerá para as demais propostas contidas no PNDH3. Enquanto isso, e por decreto presidencial, estará em funcionamento um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar, até abril deste ano, um anteprojeto de lei para instituir a Comissão Nacional da Verdade.

A comissão foi composta pelo ministro Paulo Vannuchi, da SEDH/PR; pelo presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão; pela secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra; pelo consultor jurídico do Ministério da Defesa, Vilson Marcelo Vedana; pelo presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, Marco Antônio Rodrigues Barbosa e, representando a sociedade civil, pelo ex-secretário nacional de Direitos Humanos do governo Fernando Henrique Cardoso, o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro.

Mesmo com toda a turbulência em torno do tema, a psicóloga Maria Auxiliadora Almeida Cunha Arantes, Coordenadora Geral de Combate à Tortura, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, avalia que o programa representa um avanço substantivo na construção de políticas públicas com a participação da sociedade civil. "É importante frisar que as propostas contidas no Programa são resultado de debates envolvendo mais de 14 mil participantes, que ali estavam como representantes de um número muito maior de pessoas. Sem retirar ao Congresso o seu papel de formulador de leis, é positivo que a sociedade apresente propostas e que elas sejam examinadas pelos legisladores", diz. "É dessa forma que poderemos caminhar rumo a uma democracia cada vez mais participativa."

E O QUE A PSICOLOGIA TEM COM ISSO?

Em meio a esse cenário, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) veio a público manifestar sua posição. A edição de 8 de fevereiro do jornal *Correio Braziliense* trouxe artigo entitulado "PNDH3: o que a Psicologia tem a ver com isso", assinado pelo presidente da entidade, Humberto Verona, e pela coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, Ana Luiza de Souza Castro. O texto destaca, de um lado, a importância do programa para a vida de milhares de brasileiros e, de outro, dá uma explicação ao público de como as questões associadas aos Direitos Humanos estão essencialmente ligadas à atividade dos psicólogos.

Diz o artigo: "O CFP é parte integrante do processo de consolidação dos Direitos Humanos no país. Teve sua primeira Comissão de Direitos Humanos criada em 1997 e, nos anos seguintes, foram criadas as comissões regionais, com o objetivo de incentivar a reflexão sobre os Direitos Humanos, inerente à prática profissional e à pesquisa em Psicologia. Nessa direção, os Conselhos de Psicologia têm incorporado em suas ações temas pertinentes à promoção dos Direitos Humanos. Desde sua criação, a Psicologia tem realizado, em parcerias com outras áreas, sucessivas inspeções em unidades psiquiátricas, em unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei e em institutos de longa permanência, os chamados asilos, com foco na identificação de locais em que existam violações dos Direitos Humanos e produção de sofrimento mental. Este labor tem contribuído para as importantes mudanças na relação do Estado brasileiro com estas áreas".

O texto terminava por reafirmar que a Psicologia e as práticas profissionais dos psicólogos devem ser transversalizadas pelos Direitos Humanos e manifestava a esperança de que "as atuais e polêmicas discussões que – mesmo de forma assimétrica e eivada de interpretações tendenciosas – tomam espaço na mídia e no cenário político brasileiro, possam vir a ser mais democráticas e profícuas, passando a sensibilizar cidadãos de todos os segmentos sociais (...), além dos diversos atores sociais que já lutam pelos Direitos Humanos e por justiça social em nosso país, dentre eles os psicólogos conscientes de sua profissão".

PSI164_FINAL.indd 14 13/4/2010 11:28:38

sobre as comissões de verdade

O livro "Memorias Del Dolor: Consideraciones sobre las Comisiones de la Verdad en America Latina", foi publicado no final de 2009 pela Editorial Arlekin de San José, Costa Rica. Seu autor é o psicólogo Ignacio Dobles Oropeza, doutor em Estudos da Sociedade e da Cultura; pesquisador da Universidad de Costa Rica e fundador e coordenador da equipe de www.liber-accion.org y del Colectivo Costarricense de Psicología de la Liberación (*veja em PSI 163, "Um sonho que refloresce"*). O texto aborda, a partir de diversas perspectivas e disciplinas, o campo conceitual das memórias sociais e, ao mesmo tempo, compara as experiências de constituição e funcionamento de comissões desse tipo em países como Argentina, Chile, El Salvador, Guatemala e Peru. As Comissões de Verdade (CV) também são objeto de estudo da catedrática e pesquisadora Sol Yáñez, do Departamento de Psicologia da Universidad Centroamericana *José Simeón Cañas*, em El Salvador. Seu trabalho está voltado para acompanhamento psicosocial a vítimas de violação de direitos humanos e acompanhamento psicojurídico nos processos em El Salvador e em diversos países. Nas entrevistas a seguir eles dão suas visões sobre o tema.

MEMÓRIAS DA DOR

PSI – Qual o significado das Comissões de Verdade e como elas podem beneficiar as sociedades?

Ignacio Dobles – As Comissões de Verdade têm sido instituições da memória em condições de transição, que procuram fortalecer as instituições democráticas, acolhendo as vozes das vítimas de abusos e violações de direitos humanos. As condições nas quais têm funcionado são diferentes, de acordo com a situação do respectivo país e também seus efeitos são diferentes. A situação da CONADEP (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas), da Argentina, nos anos 80, não é a mesma que a da Comissão de Verdade e Reconciliação do Peru em 2003. Em todo caso, essas comissões resultam de negociações nas quais nenhum setor derrotou definitivamente o seu opositor. O importante dessas instituições é que colocam em primeiro plano o sofrimento das vítimas, com o objetivo de formular "verdades públicas" para toda a sociedade. A repressão e as violações de direitos humanos não são, exclusivamente, um assunto das vítimas e seus aliados, mas sim de toda a sociedade.

PSI – Como esse processo tem ocorrido na América Latina?

Ignacio Dobles – As Comissões de Verdade são, em boa medida, um fenômeno do final do século 20. Hoje, temos a Comissão da Verdade do Equador, que finalizou recentemente seus trabalhos, e temos a discussão no Brasil. Também no conflito hondurenho, com o golpe de Estado em 2009, tem se falado, como ponto de um acordo que nunca se cumpriu, de uma "Comissão da Verdade". Mas as vítimas da repressão têm rechaçado, até onde eu sei, os termos em nas quais essa comissão foi proposta.

PSI – A criação de Comissões de Verdade alcança resultados?

Ignacio Dobles – As comissões geram debates onde são instaladas. Segundo disse uma vez Patricia Valdez, que foi secretária executiva da comissão salvadorenha, o ponto é que as comissões surtam efeito junto aos setores sociais. Elas são, nesse sentido, um instrumento que, mesmo com contradições e limitações, podem facilitar as tarefas necessárias da memória nas sociedades.

UM DIREITO RECONHECIDO

PSI – Como avalia as Comissões de Verdade?

Sol Yáñez – As Comissões de Verdade são instituições que promovem políticas da memória histórica em contextos pós-guerras, pós-ditaduras, pós-sistemas de exclusão e discriminação extrema, como o *apartheid*. Seu papel é o de investigar e levar às sociedades a voz das vítimas, frequentemente silenciadas e cuja participação histórica é usualmente ocultada sob uma história oficial. O direito à verdade é abordado pela Resolução Sobre o Direito à Verdade das Nações Unidas (1997/29), redigida por Theo Van Bowen. É um direito internacional, reconhecido como tal, e as Comissões de Verdade têm a função de investigar os fatos para promover políticas de justiça e reparação. Aqueles que tiveram grandes responsabilidades na violência contra a população civil costumam promover o esquecimento como fórmula de reconciliação e paz. Validar a dor das vítimas e conhecer a verdade é o único passo para reconstruir o tecido social e conquistar uma paz verdadeira.

PSI – Desde quando as Comissões de Verdade têm atuado?

Sol Yáñez – Desde 1974 foram instituídas 21 comissões somente na América Latina. A primeira foi formada na Bolívia pelo presidente Hernán Siles Suazo en 1982 e a primeira que atuou com efeito político e social foi a Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep), da Argentina criada pelo decreto 187 do governo de Raúl Alfonsín, em 15 de dezembro de 1983. Essas comissões só se tornaram possíveis em um mundo no qual se podía demonstrar, sem gerar grande controvérsia, que um regime opressivo de um país não era uma resposta frente a inimigos extracontinentais (como especificava a Doutrina de Segurança Nacional), mas sim que estava voltado contra seus próprios cidadãos. Essa doutrina, disseminada por governos e agências policiais e militares dos Estados Unidos e adotada por vários governos latino-americanos, estipulava que as forças armadas, para poder enfrentar inimigos além de suas fronteiras, deviam enfrentar o "inimigo" interno: os sindicatos, as associações camponesas, os grupos disidentes, que representariam o inimigo extracontinental.

PSI – É possível passar a limpo o passado?

Sol Yáñez – O passado nos empurra para frente. Não se pode virar uma página sem tê-la lido. Não é possível fechar feridas sem o reconhecimento da verdade e de tudo o que ela traz consigo. Não se pode mudar o passado. O que se pode fazer é conhecê-lo e assim criar as bases para uma sociedade reconciliada, por meio da verdade, da justiça e da reparação, para que tais fatos não voltem a ocorrer. Gostaria de acrescentar que, embora as Comissões de Verdade costumem investigar fatos do passado, comissões como as de Ruanda e das Filipinas investigaram violações cometidas até mesmo durante o seu funcionamento.

O BRASIL ESTÁ ATRASADO?

Existem diversas Comissões de Verdade ao redor do mundo, muitas delas em países da América Latina. De acordo com Belisário dos Santos Júnior, advogado e membro da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos do Estado Brasileiro, essas comissões têm distintos mandatos, conforme o país. "Não há um modelo único de funcionamento; umas têm a missão de reunir informações, outras têm poder de convocar as pessoas", exemplifica. Contudo, o funcionamento dessas comissões já se mostrou importante para rever a história, como ficou claro em países como o Chile e Argentina.

O Brasil está atrasado nesse processo? "É possível afirmar que no Brasil essa comissão já poderia ter sido criada", afirma Belisário. Segundo ele, a chamada sociedade civil organizada fez a sua pesquisa, seja através de projetos como o "Brasil: Nunca Mais", de 1985, ou do "Dossiê Mortos e Desaparecidos", na década de 90. Ele nota também que o Estado deu passos para o exame da questão ao aprovar a Lei 9.140/95, conhecida como Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Ocorre, segundo Belisário, que as informações não foram todas reveladas. "Um ministro vem e diz que foram queimadas; outro afirma que essas informações ainda existem, nem mesmo no governo há consenso a respeito disso. É preciso, por isso, criar em um determinado momento uma instância para a qual se encaminhe tudo isso".

ALGUMAS DAS COMISSÕES DE VERDADE NO MUNDO

ÁFRICA DO SUL	Truth and Reconciliation Commission
ARGENTINA	Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas
CHILE	Comisión de la Verdad y Reconciliación
COLÔMBIA	Comisión de la Verdad sobre los Hechos del Palacio de Justicia
COREIA DO SUL	Presidential Truth Commission on Suspicious Deaths
EL SALVADOR	Comisión de la Verdad para El Salvador
EQUADOR	Comisión de la Verdad 1996
GUATEMALA	Comisión de Esclarecimiento Histórico
GHANA	National Reconciliation Commission
HONDURAS	Comisionado Nacional de los Derechos Humanos Honduras
HAITI	National Truth and Justice Commission
PERU	Comisión de la Verdad y Reconciliación
PANAMÁ	Comisión de la Verdad 2001-2002
PARAGUAI	Comisión de Verdad y Justicia Paraguay
RUANDA	National Unity and Reconciliation
SERRA LEOA	Truth and Reconciliation Commission
TIMOR LESTE	Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor Leste

PSI164_FINAL.indd 16 13/4/2010 11:28:41

o VII CNP avança

Encontros preparatórios ampliam debates para o VII Congresso Nacional de Psicologia

No último dia 19 de janeiro, a reunião realizada pelo grupo de psicólogos de Maracaí, município próximo a Assis, com cerca de 13 mil habitantes, fechou sua agenda de trabalho com resultados positivos. Um deles foi a elaboração de tese, a ser encaminhada ao Congresso Estadual Regional de Psicologia, destacando a necessidade de formação e apoio aos profissionais que atuam nos CAPS e ambulatórios das pequenas comunidades. A outra foi a proposta de realização de um fórum específico para discussão dos problemas enfrentados pelos profissionais em cidades pequenas. Além disso, no encontro decidiu-se pelo diálogo com o sindicato da categoria para tratar das condições de trabalho locais e remuneração, relata a coordenadora da Subsede de Assis, Silvia Maria do Nascimento.

As questões locais que preocupam os psicólogos de Maracaí são parte do grande painel em construção para subsidiar o VII Congresso Nacional de Psicologia a ser realizado de 3 a 6 de junho, em Brasília. Em Bauru, por exemplo, a reunião do dia 25 de fevereiro, na subsede, trouxe à tona a percepção de outro grupo. Os que têm a tarefa de emitir a avaliação para concessão da carteira nacional de habilitação. Nesse caso, os profissionais ressentem-se do desconhecimento da população sobre o papel do psicólogo especializado em trânsito e da contribuição que a psicologia pode oferecer nesse campo.

Em muitas das reuniões, constata Regiane Piva, membro da Comissão Gestora da Subsede de Bauru, os profissionais manifestam a expectativa de que o Conselho Regional apresente soluções ou atue em conjunto com outros órgãos, como a ABEP, Associação Brasileira de Psicologia, adotando iniciativas de esclarecimento e divulgação para a população.

No Estado de São Paulo, cerca de 50 reuniões semelhantes foram ou serão realizadas durante março e abril para captar opiniões, debater e produzir teses destinadas ao Congresso Estadual Regional.

A capilaridade desse processo estendeu-se por dezenas de cidades registrando a diversidade de situações presentes na vida da categoria. Em geral, os eventos têm início com palestras apresentadas por convidados, seguidas de reuniões dos grupos de trabalho para a elaboração de teses.

O encontro realizado na sede, no dia 20 de fevereiro, tratou de Direitos Humanos e Relações com a Justiça. Em foco, a conflitante questão do psicólogo como responsável por laudos periciais que vão apoiar decisões judiciais. Ou a atuação do profissional nos presídios e na Fundação Casa. “Procuramos, com esse trabalho, aproximar as várias interfaces do psicólogo com a Justiça”, explica Adriano Eiko, conselheira do CRP. A parte final da tarde foi destinada às reuniões dos Grupos de Trabalho que, com base nos debates anteriores, formularam 25 teses para serem encaminhadas ao Congresso Regional.

“Trata-se de um momento de reflexão e debate da categoria”, avalia a conselheira Andréia De Conto Garbin, uma das responsáveis pela coordenação dos trabalhos de preparação e membro da Comissão Organizadora Regional. Ela nota que essas atividades fazem parte de um processo que vem se desenvolvendo nos últimos anos e que vem colocando em prática a participação democrática dos profissionais no Sistema Conselhos. No Congresso Regional se inscrevem as chapas e são indicados os delegados que irão ao VII CNP defender as teses aprovadas. Essas teses, discutidas e aprovadas nacionalmente, conduzirão a próxima gestão do Sistema Conselhos.

DEBATE AMPLO

A organização e o formato do Congresso Estadual de Psicologia foram definidos em documento do CRP SP que também enuncia o tema do encontro: “Psicologia e Compromisso com a Promoção de Direitos: um projeto ético-político para a profissão” A proposta geral está dividida em três eixos: a) aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos; b) construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional e c) diálogo com a sociedade e com o Estado.

O planejamento levou em conta a importância de um debate amplo que alcançasse todos os assuntos relevantes para a profissão. Esse foi o objetivo da fase de “eventos preparatórios”, de agosto de 2009 a março de 2010, na qual foram identificadas questões e elaboradas teses destinas aos Pré-Congressos. Dezesseis Pré-Congressos foram realizados em março, quando foram escolhidos delegados para o Congresso Estadual Regional que, por sua vez, escolherá representantes para o VII Congresso Nacional. A apresentação inicial de teses, que também pode ser feita pela internet, é facultada a todos os profissionais.

PSI164_FINAL.indd 17 13/4/2010 11:28:41

a importância da nova subsede em sorocaba

Nova subsede do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo atenderá área com 76 municípios e contribuirá para a integração e a mobilização dos profissionais.

A região de Sorocaba contará, neste primeiro semestre, com uma nova subsede do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. A representação local do CRP SP tornou-se necessária para tornar mais efetivo o relacionamento direto com instituições como prefeituras, unidades de saúde ou órgãos da justiça e da área da educação, assim como para ampliar o apoio ao número crescente de profissionais dos 76 municípios que integram o perímetro da nova subsede, onde atuam cerca de 1900 psicólogos. Além de Sorocaba, com 600 mil habitantes, fazem parte da delimitação os municípios de Tatuí, Itapeva, Itapetininga, Barueri e Embu.

"A criação da subsede é uma das ações mais importantes e ousadas do CRP SP", diz a conselheira Andréia Gardin. "Ela permitirá uma articulação mais efetiva dos psicólogos que atuam na região, favorecendo a participação nos conselhos locais, nas discussões sobre as políticas públicas, na defesa do Sistema Único de Saúde e na Luta Antimanicomial."

Com altos índices de expansão populacional e industrial essas cidades registram hoje as consequências positivas e negativas do crescimento. No rol dos fatores desfavoráveis está a falta de instrumentos para organização e mobilização da categoria, assinala Lúcio Costa, psicólogo que atua em Sorocaba. Há falta de espaço "para debates, discussões e aprofundamentos em áreas específicas", observa. A participação dos profissionais na vida social da região pode ser considerada "tímida", avalia, constatando que a dispersão hoje existente na categoria deve-se à falta de organização e mobilização.

A região conta hoje com sete hospitais psiquiátricos, quatro em Sorocaba, dois em Salto de Pirapora e um em Piedade com uma população de cerca de 2 mil internos. Segundo Sérgio Augusto Garcia, estudante do 5º ano de Psicologia, são entidades privadas que também gerenciam os CAPS locais dentro de um cenário que exige atenção para o relacionamento dos profissionais com essas instituições. A atuação do Conselho, nota, também é importante para ampliar a discussão sobre a baixa remuneração dos psicólogos e as condições de trabalho que enfrentam, assim como impulsionar campanhas de divulgação.

Em sua trajetória de estudante, Sérgio Augusto registra a produção de um documentário no qual realizou entrevistas com a população de Sorocaba. Nesses depoimentos, recorda, ficava claro o desconhecimento das pessoas sobre o trabalho e a função dos psicólogos na sociedade.

Com um curso de Psicologia já existente e outro a ser instalado em breve, a região requer, ao mesmo tempo, serviços de orientação para os alunos, afirma Leandro de Campos Fonseca, psicólogo e professor da universidade. "A reivindicação por uma subsede vem sendo feita há muito tempo pelo profissionais que atuam na região", relata Carine Goto Hainz, que participa de grupos de estudo em Sorocaba e já trabalhou na Fundação Casa.

O fato coincide com um momento na vida da categoria "em que os psicólogos estão retomando a dimensão política" de seu trabalho, analisa Simone Amorim, psicóloga de Sorocaba e mestranda do curso de História da Filosofia da Unicamp. Para ela, essa retomada leva à reflexão e à preocupação em encontrar meios que assegurem seus direitos e os direitos daqueles que recebem esse trabalho.

psicólogos l

O Conselho Federal de Psicologia distribuiu uma brochura contendo subsídios para os debates na Conferência Nacional de Educação (Conae), entre 28 de março e 1º de abril, em Brasília. O texto reúne a síntese dos debates e os encaminhamentos do Ano Temático da Psicologia na Educação, que teve lugar a partir de 2008 no Sistema Conselhos e os relaciona com os eixos da conferência. Resulta, ainda, da articulação de entidades nacionais da Psicologia brasileira como a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee) e a Associação Brasileira de Ensino e Psicologia (Abep).

As proposições do documento levado ao encontro, o primeiro do gênero abarcando todos os níveis da Educação brasileira, são fruto de debates realizados por cerca de cinco mil psicólogos em todo o Brasil. Esses debates culminaram com o Seminário Nacional do Ano da Educação "Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos", realizado em Brasília em abril de 2009. Nessa iniciativa estiveram em foco a política educacional brasileira e a organização da educação nacional e a síntese desse debate foi apresentada na "Carta de Brasília" (*leia na página ao lado*).

Para Marilene Proença, presidente do CRP SP, o documento representa para a Psicologia uma oportunidade de diálogo com outras categorias profissionais que têm sido protagonistas do debate educacional. "Esperamos que ele permita uma reflexão e uma abertura para novas formulações", diz.

As contribuições que constam da brochura foram organizadas em torno dos eixos temáticos do documento-base da conferência, a saber:

- **EIXO I –** Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional
- **EIXO II –** Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação
- **EIXO III –** Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar
- **EIXO IV –** Formação e Valorização dos Profissionais da Educação
- **EIXO V –** Financiamento da Educação e Controle Social
- **EIXO VI –** Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade

PSI164_FINAL.indd 18 13/4/2010 11:28:41

s levam contribuições à conae

CARTA DE BRASÍLIA

Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos

Da necessidade de destacar a contribuição da Psicologia – como ciência e profissão – na luta pela consolidação de uma educação para todos, respaldada nos princípios do compromisso social, dos direitos humanos e do respeito à diversidade, como fundamento para uma efetiva inclusão social, o Sistema Conselhos de Psicologia decidiu pela realização de um ano temático sobre Psicologia e Educação. De maio de 2008 a maio de 2009 dedicou-se a aprofundar as discussões sobre a política educacional brasileira entre os psicólogos e a definir propostas para a categoria nesta área de atuação.

Para realização dos trabalhos deste Ano Temático, o Sistema Conselhos contou com especialistas de representação nacional que produziram textos geradores dos eixos temáticos trabalhados – (1) Psicologia, políticas públicas intersetoriais e educação inclusiva, (2) políticas educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática, (3) Psicologia em instituições escolares e educacionais, e (4) Psicologia no Ensino Médio – que foram distribuídos em todos os eventos. Além disso, contou com diversos profissionais de referência que proferiram palestras e coordenaram debates visando qualificar a categoria, contribuindo para a produção de orientações para a prática profissional no âmbito escolar e educacional, em consonância com as políticas públicas intersetoriais.

A partir de eventos preparatórios nos diversos municípios que compõem os Conselhos Regionais, o Sistema Conselhos organizou 17 Seminários Regionais, em todo o país, nos quais foram indicados representantes que trouxeram para o Seminário Nacional propostas e princípios norteadores para os psicólogos. Envolveu quase cinco mil participantes, em praticamente todos os estados da federação, em torno dos mesmos eixos de debates. Como princípios fundamentais produzidos nesse processo, destacamos: a educação de qualidade para todos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino; a necessidade de um projeto educacional, garantindo a horizontalidade nas relações; o compromisso com a reestruturação do sistema educacional com enfoque na diversidade; a participação nas instituições escolares/educacionais em articulação com os profissionais e demais atores envolvidos no processo educacional; o combate à medicalização, patologização e judicialização dos estudantes e a intervenção no sistema escolar que produz a exclusão. A partir desse contexto, foram definidas propostas para a formação do psicólogo: a prática profissional nos diversos âmbitos escolares e educacionais; a identidade e o papel/função do psicólogo na educação; o papel do Sistema Conselhos; a inserção do psicólogo nas políticas públicas intersetorias, nos documentos normativos, nos órgãos públicos, e da Psicologia como disciplina no Ensino Médio, como área de conhecimento que possa contribuir para a formação integral do jovem e do adulto.

Diante do exposto, defendemos:

1) que o psicólogo estabeleça interlocução entre as diversas instâncias e setores, considerando os saberes acumulados por instituições que atendem público específico, como, por exemplo: pessoas com deficiências, sofrimento mental, etc.;

2) que o psicólogo participe da construção do projeto político-pedagógico da escola;

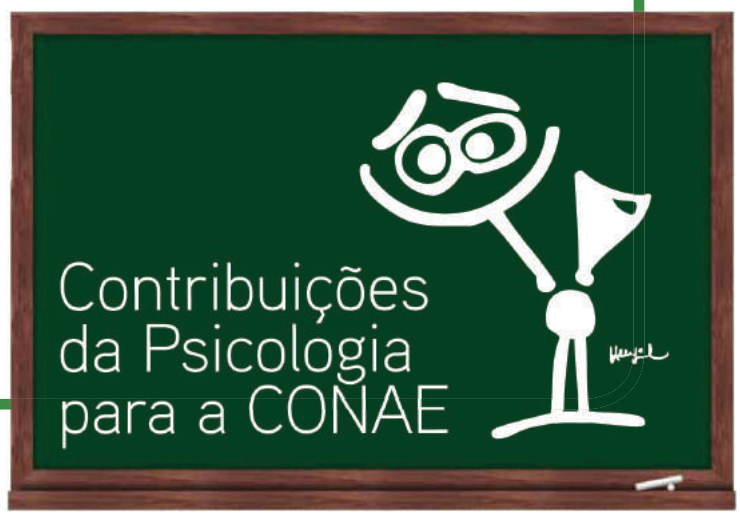
3) que o psicólogo atue como mediador nas tensões e conflitos produzidos nas relações entre os atores da escola, fortalecendo pessoas e grupos na promoção de autonomia e na superação das adversidades, considerando as condições objetivas e subjetivas dos processos psicossociais;

4) que o psicólogo atue junto com a equipe pedagógica com o objetivo de entender o fenômeno educativo na sua dimensão institucional.

É indispensável a participação efetiva da Psicologia na Educação. Entretanto, para que possa concretamente contribuir nos contextos educacionais e escolares, o psicólogo terá que compor o quadro de profissionais da Educação, por meio de leis e resoluções que estabeleçam seu provimento e formas de trabalho condizentes com a prática profissional que favoreça a educação de qualidade.

Os signatários desta Carta, conscientes da realidade educacional brasileira quanto ao longo caminho a percorrer para uma educação de qualidade para todos e da necessidade de se avançar na estruturação de políticas educacionais, assumem o compromisso público de colocar a Psicologia como profissão na luta por uma educação para todos.

Brasília, 24 de abril de 2009.



PSI164_FINAL.indd 19 13/4/2010 11:28:43

eleições 2010

edital de convocação

A eleição das Diretorias e Conselhos dos CRPs, assim como a escolha dos dirigentes do Conselho Federal de Psicologia para o triênio 2010-2013, está marcada para o dia 27 de agosto. No último dia 2 de fevereiro foi eleita, na sede do CRP SP, a Comissão Regional Eleitoral (CRE) responsável pela condução dos trabalhos que elegerão os 15 conselheiros efetivos e os 15 suplentes do Conselho para o período 2010/2013.

A CRE contará com os membros efetivos Roselaine Castanheira (presidente), Sônia Maria Hayek e Nelson Castro. Para a suplência foram eleitos Goretti Elidio da Rosa, Ricardo de Moraes e Regina Célia Dias V. Silva. Veja os principais itens do processo e confira a íntegra do Edital de Convocação. Sua participação é muito importante.

QUEM PODE VOTAR: é necessário estar em dia com os pagamentos do CRP SP até, pelo menos, dezembro de 2009, ou regularizar os débitos existentes até dezembro de 2009 até a data das eleições. O voto é secreto, pessoal, intransferível e obrigatório, conforme o Regimento Eleitoral do Conselho Federal de Psicologia. Para os psicólogos acima de 70 anos o voto é facultativo.

COMO VOTAR: a identificação do local de votação será feita pelo número do CEP que o psicólogo tem registrado no CRP SP. Para quem tem o CEP correspondente ao município da sede, ou das subsedes, o voto será presencial, isto é, a pessoa irá até o local de votação, com a carteira do CRP ou RG. Aqueles cujos CEPs não pertencerem às zonas eleitorais da sede ou subsedes votarão por correspondência, que será enviada pelo CRP SP. Por isso, solicitamos que atualizem seu endereço para correspondência pelo fone (11) 3061 9494, ramal 110 ou pelo endereço atendimento@crpsp.org.br.

Como será a apuração: as eleições do CRP SP serão realizadas em urnas convencionais cedidas pelo TRE e a apuração será feita por leitura óptica.

COMO SE CANDIDATAR: as inscrições de chapas podem ser feitas até o dia 11 de abril de 2010, data de encerramento do VII Congresso Regional de Psicologia, conforme Edital de Convocação publicado

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região (CRP 06), no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 18 do Regimento Eleitoral: convoca os psicólogos inscritos na 6ª Região (Estado de São Paulo) para as eleições que realizar-se-ão no dia 27 (vinte e sete) de agosto de 2010, onde ocorrerá o preenchimento de 15 (quinze) vagas de conselheiros efetivos e 15 (quinze) vagas de conselheiros suplentes que irão compor o Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, no triênio 2010/2013. Na mesma ocasião, ocorrerá a consulta para indicação dos membros do Conselho Federal de Psicologia (CFP), sendo que, para esta: a) a eleição far-se-á em chapa nacional, composta de 11 (onze) membros efetivos e 11 (onze) suplentes, com a indicação dos respectivos cargos; b) não haverá vinculação dos candidatos federais com as chapas de candidatos para o Conselho Regional; c) as inscrições de chapas ocorrerão no período compreendido entre a data de divulgação deste edital e a do encerramento do VII Congresso Regional da Psicologia, que se dará nos dias 9, 10 e 11 de abril de 2010; d) os pedidos de inscrição das chapas deverão conter o nome dos candidatos e o cargo que ocuparão, caso eleitos; e) os candidatos aos cargos de diretores regionais e respectivos suplentes deverão ter domicílio em Estado da região geográfica a que o cargo se refere; f) as condições para inscrições de chapas para o CFP são as mesmas do Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, constantes dos itens 1 e 2, deste Edital. 1) As condições de elegibilidade são as seguintes: I - ter nacionalidade brasileira; II - estar em dia com suas obrigações eleitorais e militares; III - encontrar-se em pleno gozo de seus direitos profissionais; IV – ter inscrição principal no respectivo Conselho Regional e domicílio na região correspondente, quando concorrer ao Conselho Federal; V - inexistir contra si condenação criminal a pena superior a 2 (dois) anos, em virtude de sentença transitada em julgado, salvo reabilitação legal; VI - inexistir contra si condenação por infração ao Código de Ética, transitada em julgado, há menos de 5 (cinco) anos; VII - estar quite com a tesouraria do Conselho Regional de Psicologia, relativamente aos exercícios anteriores, ainda que sob a forma de parcelamento de débito. É importante ressaltar que todos os requisitos acima deverão ser atendidos até a data limite para o deferimento do pedido de inscrição de chapas. 2) Os impedimentos são os seguintes: I – ocupar cargo na diretoria do Conselho para que esteja concorrendo, no período de 3 (três) meses que antecede a realização do pleito; II – ocupar cargo ou função com vínculo empregatício, ou manter contrato de prestação de serviço no âmbito dos Conselhos de Psicologia; III – os casos de abandono e/ou renúncia a mandato resultante de eleição, ou designação para membro Suplente ou Conselheiro Regional ou Federal, exceto quando comprovadamente houve impedimento por motivo de saúde; IV – integrar a Comissão Regional Eleitoral ou a Comissão Eleitoral Regular do Conselho Federal, para candidatos aos Conselhos Regionais; e a Comissão Eleitoral Especial do Conselho Federal, para os candidatos ao Conselho Federal; V – ser condenado por decisão transitada em julgado por irregularidades de natureza administrativa ou financeira, quando no exercício de mandato de diretor ou Conselheiro efetivo de Conselho de Psicologia. 3) As inscrições das chapas deverão ser pleiteadas junto à Comissão Regional Eleitoral no período compreendido entre a data de divulgação deste edital e a do encerramento do VII Congresso Regional da Psicologia, que se dará no dia 11 (onze) de abril de 2010. 3.1) As inscrições das chapas poderão ser solicitadas na sede do Conselho Regional de Psicologia e do VII Congresso Regional da Psicologia, que ocorrerá nos dias 9 (nove), 10 (dez) e 11 (onze) de abril de 2010, nos horários: 17h às 22h30min; das 8h às 18h

PSI164_FINAL.indd 20 13/4/2010 11:28:45

participe!

conselho regional de psicologia sp

e das 9h às 18h, respectivamente, no Maksoud Plaza, localizado na Alameda Campinas, 150, São Paulo, SP. 4) A inscrição será feita mediante requerimento firmado pelo candidato que encabeçar a chapa, acompanhado de declarações de concordância e de elegibilidade assinadas pelos demais integrantes. 5) As chapas inscritas e aprovadas constarão de Edital a ser afixado na sede do Conselho, até o dia 28 de julho de 2010. 6) As chapas deverão apresentar 15 (quinze) nomes para conselheiros efetivos e 15 (quinze) nomes para conselheiros suplentes. 7) É vedado que o mesmo candidato concorra a cargo no Conselho Federal e nos Conselhos Regionais de Psicologia, mesmo na condição de suplente. 8) Nos termos da legislação vigente, ao conselheiro será permitida uma reeleição. 9) O voto é considerado: a) secreto, pessoal e intransferível; e obrigatório para todos os eleitores, salvo doença ou motivo de força maior, devidamente comprovado, ficando o Psicólogo sujeito às penalidades previstas por falta injustificada à eleição, nos termos da lei nº 5766/71; b) por comparecimento pessoal nos municípios onde o Conselho Regional de Psicologia 6ª Região mantém a sua Sede e Subsedes e, por correspondência nos demais municípios do Estado. 10) Os votos por correspondência poderão ser postados ou entregues na Sede do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, sendo que, somente serão computados, os que chegarem à Mesa Eleitoral Especial, até o momento de encerrar-se a votação. 11) O eleitor deverá marcar o seu voto na cédula, introduzi-la no envelope em branco, vedando-o com cola; em seguida preencherá a papeleta (com nome completo e número de inscrição com letra legível), assinando-a; e colocará o conjunto envelope-papeleta, na sobrecarta, postando-a ou entregando-a na Sede do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. 12) O exercício do voto é pessoal, não sendo permitido o voto por procuração; 13) São eleitores os psicólogos que estejam quites com a tesouraria em relação aos exercícios anteriores, até o dia das respectivas eleições; 14) Terão direito a votar e serem votados todos os Psicólogos com inscrição principal no Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região e em pleno gozo de seus direitos; 15) No ato da votação, o psicólogo deverá apresentar a Carteira de Identidade Profissional (CIP). 16) As condições de elegibilidade e impedimentos, bem como as instruções para os registros de chapas, documentação exigida, cronograma e demais disposições sobre a eleição, estão disciplinadas no Regimento Eleitoral aprovado pela Resolução CFP nº 002/2000, de 01/07/2000, com as alterações da Resolução CFP n° 003/2008 de 25/01/2008. 17) O Regimento Eleitoral encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria da Sede do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo – 6ª Região, situado na Rua Arruda Alvim, nº 89, Jardim América, São Paulo/SP. 18) Quaisquer outros esclarecimentos referentes ao processo eleitoral poderão ser solicitados à Comissão Regional Eleitoral do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, através do telefone (0xx11) 3061-9494, ramal 202 ou e-mail eleicoes2010@crpsp.org.br. São Paulo, 5 de fevereiro de 2010.

MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA
Presidente do CRP SP

PSI164_FINAL.indd 21 13/4/2010 11:28:57

possível e urg

Debates realizados em janeiro no 10º Fórum Social Mundial tornaram evidentes a necessidade de uma nova visão de mundo, marcada pela justiça social e pelo respeito aos direitos humanos. Os psicólogos estiveram presentes dando a sua contribuição.

Os psicólogos estiveram presentes na décima edição do Fórum Social Mundial (FSM) ocorrida em janeiro na Grande Porto Alegre. Com representantes de 39 países, o FSM reuniu perto de 35 mil pessoas, que participaram de 915 atividades, entre conferências, seminários e oficinas. Surgido como um contraponto a Davos, o FSM busca apresentar propostas alternativas aos modelos econômicos e sociais vigentes com base na ação da sociedade civil. O evento deste ano procurou fazer um balanço sobre as propostas apresentadas ao longo desses dez anos do fórum. Ainda que os debates continuem em aberto, a eclosão da recente crise financeira só fez reforçar a convicção de que um outro mundo não é apenas possível, mas precisa ser urgentemente construído.

"A participação nas ações do Fórum Social Mundial demonstra que Sistema Conselhos de Psicologia compartilha a idéia de que é possível um mundo com mais justiça social, respeito aos direitos humanos e coerente com os ideais de solidariedade e tolerância às diferenças", disse o presidente do CFP, Humberto Verona. Segundo ele, a Psicologia, como ciência e profissão, está comprometida com o atendimento às necessidades de toda a população, sem o que não há como construir a subjetividade plena dos cidadãos. "É por esse motivo que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia têm voltado sua atuação para objetivos como a consolidação de políticas públicas, a manutenção e ampliação das conquistas sociais e para a promoção de direitos", disse.

Os Conselhos de Psicologia – Federal e Regionais – estiveram presentes na tradicional passeata de abertura do Fórum Social Mundial (FSM), no centro de Porto Alegre. Também marcaram presença no Dia de Mobilização e Ação Global do Fórum Social Mundial no qual foi lançado um manifesto pela Democratização dos Meios de Comunicação. Na avaliação de Verona, a sociedade brasileira precisa avançar na democratização dos meios de comunicação, assegurando aos movimentos sociais, até agora excluídos, o acesso à política de financiamento, produção e veiculação de ideias.

TEMAS EM DEBATE – Os psicólogos levaram ao fórum o seminário "Sociedade, Trabalho, Justiça e Democracia: Reflexões a partir da Psicologia", que foi composto quatro mesas. Na primeira mesa foi debatido o tema "Os Desafios da Construção da Democracia na América Latina – Reflexões a partir da Psicologia", contando com as participações de Emir Sader, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Carolina Moll, psicóloga uruguaia e dirigente da Ulapsi e Ana Bock, psicóloga, professora da PUC SP e secretária executiva da Ulapsi.

"A judicialização da vida" foi assunto da segunda mesa e teve as participações de Edson Passetti, Professor da PUC SP; Ana Luiza Castro, coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP e Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, professor da USP.

Na terceira mesa, o tópico apresentado foi "Por uma Política Pública de Defesa Civil: Construindo a Conferência Nacional", que teve as presenças de Cristina Silva, mestre em Psicologia Social pela PUC SP; Gerson Luiz de Almeida Silva, Secretário Nacional de Articulação Social da Presidência da República e Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio, membro titular da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Ambientalização da UFSCar.

A quarta e última mesa debateu o tema "Psicologia Crítica do Trabalho na Sociedade Contemporânea" por meio de Maria da

PSI164_FINAL.indd 22 13/4/2010 11:29:07

gente

FÁBIO NASSIF

FÁBIO NASSIF

Psicólogos promoveram debates durante o 10º Fórum Social Mundial, além de marcar presença em diversas manifestações ocorridas ao longo do evento.

Graça Jacques, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Odair Furtado, professor da PUC SP e Ricardo Amorim, professor-pesquisador da Universidade Presbiteriana Mackenzie e pesquisador-colaborador da Unicamp.

DESTAQUES – A luta contra o egoísmo consumista foi apontada por Emir Sader como a maior das batalhas de valores, hoje, no Brasil e na América Latina. "A pior coisa do neoliberalismo em termos psicológicos é o individualismo", disse. Segundo ele, várias experiências positivas têm ocorrido na América Latina, como a erradicação do analfabetismo na Bolívia e na Venezuela; o método de alfabetização cubano e programas como a *Operación Milagros*, que realizou a recuperação da capacidade de visão de dois milhões de latino-americanos pobres. "Tem-se pensado a realidade na dinâmica pública e privada, mas a polarização real é entre as esferas pública, de direitos, e a mercantil, das mercadorias. A luta é por desmercantilizar a sociedade: tirar da esfera do mercado, do consumo, para a esfera do direito as possibilidades de ler, enxergar, morar", disse.

Na mesma mesa, Carolina Moll falou sobre como os processos de redemocratização na América Latina trouxeram de volta à Psicologia as perspectivas sociais e comunitárias. Hoje, segundo ela, "a Psicologia tem como desafio o apoio ao desenvolvimento dos cidadãos, à possibilidade de protagonismo de cada homem e mulher em suas conquistas e desafios". Já a psicóloga Ana Bock abordou como, após o período autoritário, a ideia de compromisso social ganhou forma na Psicologia brasileira. "Estávamos esquecendo um pedaço para repensar o sujeito", disse. "Antes pensávamos em como a sociedade influencia o sujeito; depois passamos a considerar que ela não só influencia, mas constitui o sujeito". Essas reflexões levaram a uma análise da dimensão subjetiva da desigualdade social e ao abandono da ideia de um sujeito universal. "A desigualdade social também produz desigualdade psicológica", afirmou.

Na mesa sobre judicialização do cotidiano, Ana Luiza Castro afirmou que o modelo econômico globalmente hegemônico tem acumulado pobreza, desigualdades, injustiça social, violências e criminalidade. As consequências desse modelo, contudo, vão além dos aspectos econômicos. "Para manter essa hegemonia, esse modelo impõe a modelização e a normatização, disseminando a cultura do medo: medo do assalto, da doença, do desemprego, da solidão". Os psicólogos, disse, são muitas vezes chamados a tornar patológico os comportamentos e as pessoas que não se enquadram nesse modelo. Resistir a esse processo é, segundo ela, essencial. "Assim como um outro mundo precisa ser construído, é urgente fortalecer uma psicologia comprometida com o combate às desigualdades, o respeito aos direitos humanos e a todas as diversidades."

No debate sobre a Defesa Civil, foi destacada a importância de uma nova abordagem, capaz de garantir um suporte adequado às populações (*leia mais na página 4*). Para o psicólogo Marcos Ferreira, coordenador da mesa, "todas as semanas há pelo menos um abrigo sendo montado no Brasil, seja por excesso de água, falta de água ou vendaval. Cada vez que se instala um abrigo é um susto, ninguém sabe bem como fazer", afirmou.

Na quarta mesa, o professor Ricardo Amorim traçou um quadro geral da situação do trabalho atualmente. Odair Furtado tratou das relações entre as percepções ligadas à posição das pessoas no mundo do trabalho e as dimensões subjetivas, enquanto Maria da Graça Jacques abordou a importância de entender a categoria trabalho como constitutiva da saúde mental, indo além de uma Psicologia aplicada ao trabalho. ●

PSI164_FINAL.indd 23 13/4/2010 11:29:45

residências ajudam a qualifi

Criadas a partir da Lei 11.129 de 2005, as residências multiprofissionais e em área profissional da saúde são orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e abrangem as diversas profissões da área da Saúde, a Psicologia entre elas. Em 2007 foi instituída a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), coordenada conjuntamente pelo Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, que é responsável pelo acompanhamento dos programas de residência multiprofissional em Saúde. Na entrevista a seguir, a professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia e ex-vice presidente da Associação Brasileira de ensino de Psicologia (ABEP), a psicóloga e doutora em Saúde Coletiva Monica Lima de Jesus fala sobre os avanços e desafios que envolvem as residências multiprofissionais e sua importância para a Psicologia e para os psicólogos.

PSI – Como surgiram as residências multiprofissionais?

Mônica Lima - Há residências multiprofissionais em Saúde desde o final da década de 1970, quando programas de residência médica começam a receber outros profissionais de Saúde, por exemplo, os de enfermagem. Faz parte da história a presença de um grupo de pessoas, professores e profissionais de Saúde, que acreditava que a qualidade da assistência à saúde poderia melhorar caso a formação em serviço se estendesse para outras profissões da área de saúde. Somando-se ao fato de que parte deles apostava que a especialização em Saúde poderia ser realizada a partir da organização de programas de residências mais integrados, não necessariamente multiprofissional, como entendido atualmente.

PSI – De que maneira esse processo avançou? Houve dificuldades?

Mônica Lima – Precisamos lembrar que ao longo dos anos surgiram no Brasil residências por área profissional (não médicas), na perspectiva de que qualificaríamos os demais profissionais de saúde, mas também servindo a lógica médica da excessiva especialização. Este debate entre as residências por área profissional (não médica) e as multiprofissionais é duro de enfrentar, porque antes da regularização da CNRMS, o empenho isolado de algumas entidades e conselhos profissionais era pelo reconhecimento da formação em serviço na modalidade residência para a sua categoria profissional.

PSI – Qual a importância da multiprofissionalidade?

Mônica Lima – Podemos aceitar a ideia de que a noção de multiprofissional que se associou a formação em serviço, após implantação do Sistema Único de Saúde, e mais precisamente, a partir do ano 2000, é um pouco diferente da junção simplista ou mercadológica de diferente profissionais no mesmo programa. O que não é de se estranhar, já que um dos problemas para a consolidação do SUS recai na escassez de profissionais capacitados para as exigências desse sistema, ou seja, capazes de enfrentarem, em situações sócioepidemiológicas e institucionais muito adversas, o desafio da organização do processo de trabalho a partir de princípios do SUS que adquiriram tamanha importância que se transformaram em conceitos, é o caso da integralidade da saúde.

PSI – E o que explica o avanço de iniciativas de caráter multiprofissional?

Mônica Lima – Supostamente o aumento de programas de residências multiprofissionais em Saúde que assistimos, nos últimos anos, é decorrente do movimento político de resistência de muitos pesquisadores, professores e profissionais de saúde que defendem o SUS, e não necessariamente de uma categoria profissional específica. Somado a esses, os próprios residentes não médicos, começaram a fazer muito barulho para garantirem direitos e respeito iguais aos residentes médicos.

PSI – Como, historicamente, isso se consolidou?

Mônica Lima – A implantação da CNRMS é um dos frutos do trabalho de negociação entre os Ministérios da Saúde e da Educação com entidades e fóruns da área de Saúde e aconteceu após dois grandes seminários nacionais, incentivados pela pressão dos atores envolvidos na defesa da valorização das outras profissões, e certamente, do SUS. O desafio era garantir a implantação da CNRMS, legitimando a formação em serviço de outras profissões, distanciando-se dos aspectos negativos apresentados no modelo de funcionamento da CNRM, a partir de uma composição de membros que incluísse a diversidade de atores, dos gestores de saúde aos próprios residentes, por exemplo. A composição da CNRMS foi definida em assembléia no segundo Seminário Nacional.

PSI164_FINAL.indd 24 13/4/2010 11:29:45

lificar psicólogos

PSI – Que benefícios esse tipo de residência traz para a Psicologia e para os psicólogos?

Mônica Lima – A Psicologia brasileira só tem a ganhar especializando psicólogos na modalidade residência em saúde para aqueles que querem se dedicar a esse contexto de trabalho. De modo geral, mesmo depois das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Graduação em Psicologia, de 2004, os mais de 380 cursos de Psicologia ainda são muito teóricos, centrados na oferta de estágios nos Serviços Escola de Psicologia, que qualificam os psicólogos para uma organização do processo de trabalho tradicional. No entanto, boa parte deles vai parar no SUS, se frustra porque domina técnicas que não facilitam sua atuação nesses contextos e âmbitos de trabalho. A modalidade de especialização em residência multiprofissional é uma das possibilidades de qualificar psicólogos para contribuir para resolução de problemas de parte da população brasileira, que não poderíamos cuidar sozinhos, porque não damos conta da complexidade que envolve o processo saúde-doença-cuidado.

PSI - Qual a importância das residências multiprofissionais?

Mônica Lima – Coordeno uma pesquisa que acompanha uma residência multiprofissional em Saúde Mental, que conta com seis categorias profissionais diferentes de residentes, preceptores e tutores. Nos dois anos de acompanhamento, com entrevistas e observação direta do cotidiano formativo de trabalho, percebemos que as residências multiprofissionais podem ser terrenos educativos férteis para a formação de psicólogos e demais profissionais. Longe de causarem crise de identidade profissional, elas contribuem para o fortalecimento do núcleo profissional (habilidades e competências especificas) ao tempo que ampliam a capacidade de negociação com os usuários, profissionais e familiares, fomentada pelas exigências e princípios do campo da Saúde Mental.

melhor mas ainda ilegal

Resolução da ANS amplia o número de atendimentos psicológicos a serem cobertos pelas operadoras de planos de saúde, mas limitação ainda fere a lei, diz o Idec.

A Agência Nacional de Saúde (ANS) anunciou, em janeiro, a Resolução Normativa nº 211, sobre 70 novas coberturas válidas a partir de 7 de junho deste ano. O texto atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, a cobertura mínima obrigatória oferecida pelas operadoras de planos de saúde a todos aqueles que possuem contratos celebrados a partir de 2 de janeiro de 1999, quando entrou em vigor a Lei 9.656/98, que regulamenta o setor de saúde suplementar.

Essa nova revisão resultou da atuação de um grupo técnico constituído pela ANS com representantes da Câmara de Saúde Suplementar (CSS), de diversos setores da ANS e de entidades convidadas. O objetivo foi promover uma discussão técnica e participativa, incluindo consulta pública que recebeu mais de 8 mil contribuições, enviadas pelos próprios consumidores e por várias entidades ligadas à Saúde, entre as quais o Conselho Federal de Psicologia.

Pela resolução, o número de sessões com psicólogos passou de 12 para 40 por ano. Embora o aumento seja um dado positivo, ele representa uma limitação no atendimento às pessoas que necessitam desse tipo de serviço, limitação contraria a lei, como deixa claro na entrevista a seguir, a advogada **Juliana Ferreira**, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Os psicólogos podem, nesse sentido, orientar os usuários que se sintam prejudicados, a pleitear atendimento negociando com as operadoras ou por via judicial.

PSI – Como o Idec tem se posicionado com relação à questão das coberturas?

JULIANA – O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) acompanha a longo tempo questão dos planos de saúde e participou da consulta pública com relação ao novo rol de coberturas obrigatórias editado pela ANS. No caso do atendimento psicológico, a proposta apresentada na consulta previa a realização de até 40 sessões por ano e foi aprovada dessa forma. Houve um avanço, considerando que o número de consultas estava anteriormente limitado a 12 sessões. Ocorre que o Idec é contra qualquer limitação de consultas com especialistas, por entender que essa limitação pode impedir que uma pessoa receba o tratamento necessário. Essa limitação se configura como prática vedada pelo Código de Defesa do Consumidor e pela própria lei de Planos de Saúde.

PSI – O que o usuário pode fazer caso se sinta prejudicado?

JULIANA – Diante da aprovação pela ANS, a posição do Idec é que, o consumidor que se sentir prejudicado, pode questionar essa limitação. A orientação que nós damos é para que ele questione primeiramente a operadora do plano de saúde no sentido de obter o número de consultas necessário. Se não tiver sucesso, que procure uma intermediação através do Procon ou de outra entidade de defesa do consumidor. Se ainda assim não for atendido, o passo seguinte é recorrer à Justiça.

PSI – Que expectativa é possível em casos desse tipo?

JULIANA – O que eu posso adiantar é que há posicionamento da Justiça no sentido de que a limitação de tratamento fere a lei. O Idec, na verdade, questiona a própria existência do rol de coberturas obrigatórias, porque os planos de saúde garantem a cobertura das doenças listas pela Organização Mundial da Saúde. Normas regulamentares servem para dar fiel execução à lei. Se a lei garante o tratamento de todas as doenças, um regulamento da ANS não pode restringir esse direito garantido pela lei.

relatório sucinto 2008/2009

e balanço financeiro do crp sp

A Gestão da XII Plenária – setembro 2007 a agosto de 2010 – vem apresentar o relatório sucinto das suas atividades durante os anos de 2008 e 2009.

Até dezembro de 2009, estavam inscritos 64.941 psicólogos neste Conselho. Procurando garantir um envolvimento maior, reconhecendo a realidade vivida pelos profissionais e respeitando tanto a diversidade do campo quanto a necessidade de construção de referências para o exercício da profissão, o Conselho tem desenvolvido atividades na sede e em cada uma das oito subsedes que compõe o Regional de SP.

Nos anos de 2008 e 2009, os 24 diferentes grupos, que envolveram diretamente 150 psicólogos, entre Conselheiros, Representantes e Convidados, realizaram 598 reuniões, 523 atividades de representação e 192 eventos com a participação de 100 profissionais, em média, em cada um.

Tais atividades sempre relacionam a realidade local com as diretrizes do Sistema Conselhos. Entre as realizações pactuadas nacionalmente, podemos citar: Anos Temáticos da Educação e da Psicoterapia, Manifestações contra o Ato Médico, Semana da Luta Antimanicomial, Prêmio Artur Bispo do Rosário, Mostra de Práticas Inovadoras, Dia do Psicólogo. Outras temáticas são constantemente abordadas, a partir de ações das Comissões e Grupos de Trabalho.

O CRP SP apoia ainda 26 entidades ligadas à Psicologia Brasileira, bem como movimentos sociais.

ATIVIDADES POLÍTICAS DIRETAS	
COMISSÕES	**GRUPOS DE TRABALHO**
Orientação e Fiscalização	Memória da Psicologia
Ética	Sistema Prisional
Saúde	Serviço-escola
Criança e Adolescente	G.I. sobre Medicalização de Crianças e Adolescentes
Direitos Humanos	Psicoterapia
Psicologia e Educação	Assistência Social
Psicologia e Comunicação	Videoclube
Sexualidade e Gênero	Psicologia e Povos Indígenas
Avaliação dos Pedidos de Concessão de Registros de Especialistas	Psicólogo Judiciário nas Questões de Família
Acompanhamento dos Processos Legislativos	Regionalização
Auditoria e Controle Interno	Psicologia Organizacional e do Trabalho
Licitação	Psicologia e Comunicação

PUBLICAÇÕES/PRODUÇÕES	2008	2009
Edições Bimestrais do Jornal PSI (tiragem 67 mil exemplares)	05	05
Cadernos Temáticos (tiragens com cerca de 1.500 exemplares)	01	03
Sessões do Videoclube	08	09
Programas TV Diversidade	11	11

Como todos os Conselhos Profissionais, o Conselho Regional de Psicologia da 6a Região – CRP SP é uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público. É uma entidade com autonomia administrativa e financeira descentralizada da Administração Pública, sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas da União – TCU, e anualmente é auditado por auditores independentes designados pelo Conselho Federal de Psicologia. Suas contas têm sido aprovadas anualmente sem ressalvas ou irregularidades.

REGISTRO PROFISSIONAL	2008	2009
Total de Inscritos	62.230	64.941
Novas inscrições	4.329	4.707
Cancelamentos	1.625	1.626
Transferências para outros Estados da União	139	87
Isentos por idade	295	98

ATENDIMENTO NA SEDE E NAS SUBSEDES	2008	2009
Situações atendidas por telefone	5.875	8.134
Atendimentos pessoais na sede e subsedes	2.975	4.230

ATIVIDADES REGIMENTAIS			2008	2009
PLENÁRIAS ORDINÁRIAS			24	24
ORIENTAÇÕES	por telefone		8.056	8.301
FISCALIZAÇÕES			21	359
PLENÁRIAS ÉTICAS E JULGAMENTOS			33	49
PROCESSOS ÉTICOS	em andamento		341	397
	Oitivas de partes envolvidas nos processos		77	84
	Arquivamentos		02	03
	Julgados	Advertências	15	22
		Multas	00	01
		Censuras públicas	07	07
		Suspensões do exercício profissional por 30 dias	00	00
		Cassações de exercício profissional	01	01

PSI164_FINAL.indd 26 13/4/2010 11:29:49

Esta demonstração informa, sinteticamente, o resultado das receitas e despesas em todo o CRP SP (sede e oito subsedes)

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA | PERÍODO DE 01/01/2008 A 31/12/2009		
	2008	2009
PSICÓLOGOS INSCRITOS	62.230	64.941
VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR EM %	5,83%	4,35%
VALOR DA ANUIDADE	245,61	260,34
VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR EM % (IPCA COMO REFERÊNCIA)	3,00%	6,00%
RECEITAS		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO * Anuidades pagas por pessoa físicas e jurídicas	10.565.226	13.513.469
OUTRAS RECEITAS CORRENTES * Anuidades de Exercícios anteriores, Divida Ativa, Parcelamento de anuidades	2.063.202	908.925
RECEITAS PATRIMONIAL * Aplicações CDB, venda livros, fitas etc.	1.214.562	1.621.017
RECEITAS DE SERVIÇOS * Inscrição de pessoa física e jurídica,	146.521	142.084
TOTAL DAS RECEITAS	13.989.511	16.185.495
DESPESAS (-)		
PESSOAL, ENCARGOS TRABALHISTAS * Aumento conforme índice DIEESE 5,7865% em maio 2009. Possui efetivo de 100 funcionários	4.669.986	5.165.368
CONGRESSOS FÓRUNS E EVENTOS *Atividades politicas voltadas aos psicólogos e à população	742.794	1.323.491
ENERGIA ELÉTRICA, TELEFONIA, POSTAGEM E ÁGUA *Todos os imóveis da sede e oito subsedes	785.279	937.377
IMPRESSÃO GRÁFICA *Jornais, livros, cadernos temáticos, folders etc.	618.536	645.491
TRANSPORTES E HOSPEDAGEM *Deslocamento para atividades de representação, fiscalização etc.	586.189	623.928
SERVIÇOS DE ASSESSORIA *Atividades que não constem no plano de cargos e salários. Ex. Assessoria jurídica	258.669	316.543
LIMPEZA, SEGURANÇA MANUTENÇÃO *Imóveis da Sede e oito subsedes	581.560	522.267
IMPOSTO, TAXAS E TARIFAS BANCÁRIAS *DARF, Dívida Ativa	174.115	220.092
MATERIAIS DE CONSUMO *Utensílios, materiais de escritório, copa, cozinha etc.	315.324	602.175
ALUGUEL, CONDOMÍNIO E LOCAÇÃO *Prédios das subsedes, Crepop etc	154.041	722.183
AJUDA DE CUSTO E DIÁRIAS *Gastos relativos a ressarcimento de conselheiros, membros de comissão gestora e representantes	580.528	657.706
TRANSFERÊNCIAS *Transferência de 25% para CFP referente à Cota Parte e Conta Divulgação	3.659.316	3.875.108
PROGRAMAS DE INFORMÁTICA *Para todos os departamentos da sede e das oito subsedes	8.078	184.791
MÁQUINAS MOTORES E EQUIPAMENTO *Compra de máquinas em geral da sede e das oito subsedes	28.523	22.414
MOBILIÁRIO EM GERAL *Compra de armários, mesas, cadeiras etc. da sede e das oito subsedes	20.241	79.796
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA *Compra de computadores e acessórios	97.795	72.656
AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS *Conforme decisão em Assembleia, aquisição de imóveis na sede e em São José do Rio Preto	253.411	966.700
TOTAL DAS DESPESAS	13.534.386	16.938.085

SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO *O défict de 2009 deve-se à inadimplência. O CRP está notificando os psicólogos de suas pendências.	435.129	-752.590
SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.730.907	11.851.578
SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO	11.730.907	11.098.988

CARLA BIANCHA ANGELUCCI
Conselheira Tesoureira

CÉLIA PEREIRA DE OLIVEIRA
Contadora | CRC SP - 131195

a prestação de serviços em instituições fechadas

Um usuário apresentou queixa a respeito de supostas práticas abusivas e desumanas ocorridas em uma Clínica, envolvendo maus tratos, agressões verbais e físicas pelos proprietários e seguranças.
Em visita ao local, foram coletados relatos de pacientes referindo-se a um cômodo para isolamento com a presença de correntes. Foi observada a ausência de recursos humanos. O Psicólogo sustentou não haver comprovação de supostas agressões e demais fatos. Disse que o atendimento era realizado por equipe multiprofissional.
Ficou evidente que a Clínica não apresentava trabalho terapêutico que garantisse aos atendidos dignidade e respeito na atenção à sua condição. Em sendo Psicólogo da instituição, este deveria tomar conhecimento e cuidar para que essas situações não ocorressem, zelando para que o exercício profissional não fosse conivente com práticas que colocassem os atendidos em situação de risco.
Entendeu-se desta forma que o profissional infringiu o que prevê o Código de Ética profissional dos psicólogos nos artigos e princípio que seguem:

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

I. O Psicólogo baseará o seu trabalho no respeito à dignidade e à integridade do ser humano;

Art. 1º São deveres fundamentais do Psicólogo:

c. prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficientes, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional

f) zelar para que o exercício profissional seja efetuado com a máxima dignidade, recusando e denunciando situações em que o indivíduo esteja correndo risco ou o exercício profissional esteja sendo vilipendiado

Art. 2º Ao Psicólogo é vedado:

n) estabelecer com a pessoa do atendido relacionamento que possa interferir negativamente nos objetivos do atendimento

Os Psicólogos precisam ficar atentos com a garantia dos direitos humanos nas instituições fechadas, não sendo conivente e denunciando casos em que os mesmos forem desrespeitados, como cárcere privado e maus tratos. Em situações de vulnerabilidade e risco, a responsabilidade do profissional é ainda maior. O foco deve ser a atenção à Saúde, buscando uma compreensão do fenômeno do adoecimento e multiplicação de estratégias para seu cuidado. Isso envolve a escuta, o acolhimento das necessidades e a criação de Projetos Terapêuticos individualizados para cada usuário.

* Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/05 (Artigos da Resolução CFP N.º 010/05 - Código de Ética vigente a partir de 27/08/05 relacionados ao tema exposto: Princípios Fundamentais I e VI, Art.1º, "c", Art. 2º, "a" e "j").
Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/07 (Código de Processamento Disciplinar), disponível no site: www.crpsp.org.br – item "legislação".

PSI164_FINAL.indd 27 13/4/2010 11:29:50

os riscos da internação involuntária

A IV Conferência Nacional de Saúde Mental, prevista para junho deste ano (*leia na página 6*), estimula uma reflexão sobre um tópico ainda pouco debatido na área e que envolve aspectos éticos importantes para os profissionais ligados a ele: a internação involuntária de pessoas com transtorno mental.

A lei 10.216/2001 prevê três tipos de internação psiquiátrica para pessoas com transtorno mental: a voluntária, a involuntária e a compulsória. A voluntária é realizada por solicitação da própria pessoa ou com o seu consentimento expresso, por intermédio de assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido. A compulsória resulta de determinação da autoridade judiciária, que pode remeter a um hospital de custódia uma pessoa que pratica um crime em razão de transtorno mental. Já a internação involuntária é aquela que pode ser promovida por terceiros, sem o consentimento expresso da pessoa internada.

"Essa possibilidade de se submeter uma pessoa com transtorno mental a uma internação indesejada, imposta por um familiar, responsável legal ou ainda por "especialista responsável pelo tratamento", pode trazer graves consequências para o indivíduo", avalia Luciana Barbosa Musse, psicóloga, advogada e autora do livro "Novos sujeitos de Direito: as pessoas com transtornos mentais na visão da bioética e do biodireito".

As razões, segundo ela, são várias. "Em primeiro lugar, a internação pode, dependendo do seu tempo de duração, gerar o enfraquecimento ou rompimento da sua rede de relações, afetando seus vínculos sociais, afetivos e profissionais; em segundo, o afastamento da sua rotina e daqueles com quem mantém vínculos, também dificulta a recuperação da pessoa e, em terceiro, a internação involuntária pode se tornar a primeira opção e não apenas aquela à qual se recorre depois que se esgotarem todas as possibilidades de tratamento extra-hospitalar existentes na comunidade, no bairro ou nas proximidades".

Luciana Musse destaca, ainda, que a internação involuntária constitui cerceamento à autonomia e à liberdade de locomoção da pessoa com transtorno mental e pode ensejar abusos. "Por isso, é direito do usuário do serviço de saúde (mental) solicitar a "[...] presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária" (art. 20, V, da lei n. 10.216/2001).

É fato que essas internações devem ser fiscalizadas pelo Ministério Público Estadual juntamente com as Comissões Revisoras das Internações Psiquiátricas Involuntárias. De acordo com a lei, o responsável técnico do hospital psiquiátrico ou geral deve informar qualquer internação involuntária ao Ministério Público em até 72 horas depois da ocorrência (para não incorrer em crime de cárcere privado). Ainda assim, Luciana acredita que esse é um recurso ao qual só se deveria recorrer em condições muito especiais e, de preferência, por breve espaço de tempo. E que os profissionais da saúde envolvidos em situações como essa precisam usar seu conhecimento técnico e seu poder decisório de forma esclarecida, ética e comedida.

"A internação voluntária deve ser um objetivo constantemente perseguido", diz Luciana. "Mesmo que, em um primeiro momento de crise, a pessoa com transtorno mental seja internada involuntariamente, tão logo a situação seja controlada, deve-se buscar, pelo diálogo, pelo convencimento, que a internação seja transformada em voluntária".

DISTORÇÕES – Para o promotor de Justiça de Goiás, Haroldo Caetano da Silva, – que participou de uma experiência reconhecida na área da Saúde Mental, o Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (Paili) – a legislação atualmente existente é suficiente, em princípio, para a garantia de direitos. Ele nota, contudo, que desvios estão se verificando em alguns pontos do país e que demandam uma atenção maior por parte da sociedade.

"Em São Paulo, por exemplo, famílias com um parente com transtorno mental, ao não conseguirem interná-lo, recorrem ao Ministério Público. O que se segue é que o Ministério Público provoca o juiz e este determina a internação". Segundo Haroldo, essa maneira de forçar a internação gera todo um processo equivocado, ilegal, que mantém pessoas em locais nos quais elas não deveriam estar. "O que acontece na prática é que, se o juiz mandou internar, a rede entende que só ele pode ordenar a desinternação, o que não é correto. A determinação do juiz não muda a natureza da internação, que segue sendo involuntária. A rede de saúde mantém o poder, portanto, de desinternar a qualquer momento".

Haroldo atribui esse tipo de situação ao desconhecimento ou má interpretação do sistema jurídico que rege a internação psiquiátrica tanto por parte do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, como também por parte dos profissionais de saúde que atuam na rede. "É preciso que haja uma melhor difusão dessa norma e uma capacitação dos profissionais para que a questão da internação psiquiátrica seja melhor encaminhada nesse campo", diz.

PSI164_FINAL.indd 28 13/4/2010 11:29:50

estante

EDUCAÇÃO ESPECIAL: PRÁTICAS DE APRENDIZAGEM, CONVIVÊNCIA E INCLUSÃO

Arlei Ferreira Passos; São Paulo, Centauro, 2010, 136 ps.

O autor faz uma reflexão sobre as crises expressivas, com a sobrecarga emocional da família e dos profissionais nos cuidados dos especiais e suas preocupações quanto à capacidade dos grupos de serem felizes e de conviver e aprender com seus pares. Procura orientar a família, profissionais da saúde e professores a ajudar os alunos para que sejam compreendidos os conflitos, para que possam exercer autocontrole e controle da situação adversa. Tece considerações sobre os brinquedos e o brincar, que podem permitir um bom contato se nos movermos para a direção que os brinquedos mostram.

PREÇO: R$ 26,00 | **TELEFONE:** 3976-2399 | **INTERNET:** www.centauroeditora.com.br

INTRODUÇÃO À PSICOSSOMÁTICA

Maria Rosa Spinelli (org.); São Paulo, Atheneu, 2009, 304 ps.

O livro é publicado num momento em que os avanços alcançados pela Neurociência e pelas pesquisas clínicas revigoram a posição da psicossomática como ciência, ao tempo de torná-la parte importante de estudos multidisciplinares envolvidos com os transtornos das funções orgânicas, em que os aspectos psíquicos e sociais desenvolvem papel prevalente. Promove o reencontro do diálogo entre os saberes das Ciências da Saúde e os das Ciências Humanas e Sociais.

PREÇO: R$ 42,30 | **TELEFONE:** 0800-267753 | **INTERNET:** www.atheneu.com.br

OS IMPASSES DOS FORMADORES EM AÇÃO: QUESTÕES DIFÍCEIS, DELICADAS E ÉTICAS DA TERAPIA FAMILIAR

Laurice Levy, São Paulo, Roca, 2009, 120 ps.

Reúne textos dos participantes do VIII Encontro de Formadores, evento da Associação Brasileira de Terapia Familiar (Abratef) organizado pela Associação de Terapia Familiar do Rio de Janeiro (ATF-Rio) em 2007. Abordando temas como ética, formação do terapeuta, aprendizagem, responsabilidade e preconceito, os autores trazem textos breves e saborosos que convidam o leitor à reflexão de forma leve e descontraída. Assuntos sérios e contemporâneos são tratados com sutileza e simplicidade.

PREÇO: R$ 34,00 | **TELEFONE:** (11) 3331-4478 | **INTERNET:** www.editoraroca.com.br

DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL

Altemir José Gonçalves Barbosa, Lélio Moura Lourenço e Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota (orgs..,); Campinas, Alínea, 2009, 152 ps.

Como evidenciado por incontáveis estudos, o meio e a cultura desempenham um papel fundamental no que é denominado normal e anormal, certo e errado. Aquilo que é considerado positivo ou negativo é, na maioria das vezes, um conjunto de juízos sociais originados em um determinado contexto e em um momento histórico específico. Há que se ponderar, ademais, que o homem é, por excelência, um ser social. Assim, o desenvolvimento humano como um todo é em essência social. Auxiliar educadores e profissionais de saúde a compreender o desenvolvimento psicossocial ao longo do ciclo de vida é crucial em um mundo fortemente caracterizado por constantes e significativas mudanças sociais.

PREÇO: R$ 20,80 | **TELEFONE:** (19) 3232-0047, 3254-1888 e 3326-1881 | **INTERNET:** www.atomoealinea.com.br

LUTA, SUBSTANTIVO FEMININO

Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e Caros Amigos Editora. Brasília, 2010, 199 ps.

O livro insere-se no projeto Direito à Memória e à Verdade da SEDH. Reúne os perfis, incluindo fotos, de 45 mulheres assassinadas e desaparecidas por agentes da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Todos os casos foram julgados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 15 anos de atividade. Elas foram executadas ou passaram a ter seu destino desconhecido por parentes e amigos. O livro, distribuído pela SEDH, pode ser consultado e baixado gratuitamente pela internet, no endereço www.sedh.gov.br.

TELEFONE: (61) 2025-3076 | **E-MAIL** sedh@sedh.gov.br

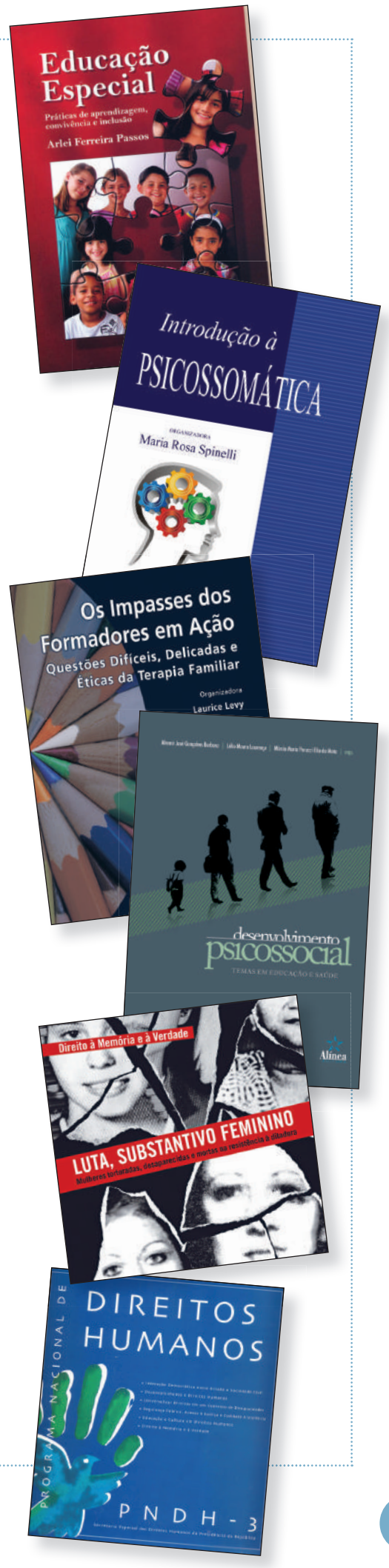
PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – PNDH-3

Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2010, 228 ps.

A obra apresenta o texto final do PNDH-3, fruto de um cuidadoso processo que envolveu os poderes públicos e a sociedade civil, representada por diversas organizações e movimentos sociais. Vale destacar que a base inicial do documento foi constituída pelas resoluções aprovadas durante a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Aborda, entre outros temas, o direito à memória e à verdade, o desenvolvimento e os Direitos Humanos e a segurança pública, o acesso à justiça e o combate à violência. A publicação é distribuída pela SEDH e pode ser consultada e baixada gratuitamente pela internet, no endereço www.sedh.gov.br.

TELEFONE: (61) 2025-3076 | **E-MAIL** sedh@sedh.gov.br

A seção ESTANTE é feita em parceria com a Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi).
Informações: www.bvs-psi.org.br



PSI164_FINAL.indd 29 13/4/2010 11:30:00

classificados

O teor dos anúncios publicados neste jornal é de responsabilidade exclusiva dos anunciantes.

psicopedagogia
não à regulamentação

O Conselho Federal de Psicologia tem se posicionado contrário ao Projeto de Lei nº 3512/2008, que trata da regulamentação do exercício de Psicopedagogia. O PL foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados no dia 15 de dezembro de 2009 e agora tramitará na Câmara antes de seguir ao Senado. O CFP entende que Psicopedagogia é uma especialidade e não profissão. Segundo o Conselho Federal, "o atendimento psicopedagógico constitui-se uma dentre as possibilidades de atuação do psicólogo".

Diante disso, o CFP não vê qualquer justificativa para a abertura de um curso de graduação em Psicopedagogia, "uma vez que há educadores e psicólogos graduados, reconhecidos socialmente e habilitados para esta atividade". A principal consequência da abertura de cursos de graduação em Psicopedagogia, na visão do CFP, seria o esvaziamento da atividade, tornando-a como simples saber técnico.

Antes de ir ao Senado há o período de recurso ao Plenário da Câmara – prazo de cinco sessões. Por isso, os psicólogos estão sendo chamados à mobilização, enviando *e-mails* aos deputados dizendo que não concordam com o projeto. Saiba mais sobre o assunto no *site* do CRP SP e participe da mobilização: http://www.crpsp.org.br/crp/midia/noticias/psicopedagogia.aspx.

trabalho é tema no videoclube 2010

O Videoclube 2010 do CRP SP estreiou em 12 de março. Os filmes escolhidos para o ciclo de debates promovidos pelo CRP SP para o primeiro semestre de 2010 elegem a condição de trabalho como paradigma para o diálogo e a interface com diversas questões sociais. O papel central que o trabalho adquire em nossas vidas será o fio condutor dos filmes exibidos e suscitará debates em torno das questões de gênero, inclusão, saúde e educação, além de denunciar as situações de precarização, competitividade e padronização da subjetividade que caracterizam os modelos produtivos na sociedade capitalista. Acompanhe a programação do Videoclube no endereço www.crpsp.org.br/videoclube

crepop pesquisa cras

O Crepop está começando sua segunda pesquisa de 2010. A participação dos psicólogos nas áreas do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS dá início ao processo de referenciação. Este é mais um passo no sentido de construir coletivamente as referências técnicas para uma competente atuação profissional nas políticas públicas brasileiras. Se você atua nas áreas do CRAS está convidado a responder a pesquisa via formulário on-line e participar das reuniões específicas convocadas pelo CRP SP. Ao longo de 2010, serão abordadas ainda as políticas públicas de diversidade sexual e as políticas públicas de esporte. Mais informações no site crepop.pol.org.br.

Centro de Capacitação em Neurodesenvolvimento
CURSO DE EXTENSÃO
MARÇO 2010
Interdisciplinaridade em
NEUROPSICOLOGIA
do desenvolvimento e suas interfaces
• Bases funcionais do neurodesenvolvimento
• Funções neuropsicológicas
• Transtornos do neurodesenvolvimento
• Interdisciplinaridade no neurodesenvolvimento
Coordenação: Prof. Dr. Mauro Muszkat | Claudia Berlim CRP 06-69095
www.neuroclin.com.br/cursos
Informações: 11 5573-0288

IPPESP
INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA, ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP PJ 06/2686 CNPJ 05.469.707/0001-65
EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
* Cursos de Especialização para Psicólogos (2 anos)
Psicoterapias Psicodinâmicas de base winnicottiana
* Cursos de Extensão para Estudantes e Profissionais nas Áreas da Saúde, Educação e Organizacional (2 ou 4 meses)
Coord.: Prof.Dr.Joaquim Gonçalves Coelho Filho – CRP06/35761
Consulte Programas dos Cursos
www.ippesp.com.br
EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
Rua Luis Góis, 1185 - 04043-300 - Metrô Santa Cruz
PABX 5594.1226

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
*Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia
INSCRIÇÕES ABERTAS
COORDENAÇÃO: ERNESTO RAUL DUVIDOVICH (CRP06/7745) E WALKIRIA DEL PICCHIA ZANONI (CRP06/5039)
INÍCIO: 02/09/10 OU 09/09/10 • DURAÇÃO: 3 ANOS •
HORÁRIOS: 5ª FEIRA, 9H ÀS 12H ou 18H ÀS 21H
Informações pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou acesse
www.centropsicanalise.com.br
cep@centropsicanalise.com.br
CEP Centro de Estudos Psicanalíticos 30 anos

Fique por dentro
do que acontece
no crp sp
www.crpsp.org.br

CEPPS
Mestres e Doutores
Excelência em Ensino
Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Saúde
CNPJ 04.751.637/0001-70 – Registro CRPSP 2380/J
PÓS-GRADUAÇÃO
VIII ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA HOSPITALAR
*Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia
*Título de Especialista em Psicologia Hospitalar
Destinado a: quinto anistas e profissionais em Psicologia.
Turmas: mensal (2º final de semana do mês) ou semanal (3as feiras à noite)
II PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOMÁTICA
Destinado a: quinto anistas e profissionais das áreas da saúde.
Turmas: mensal (um final de semana por mês)
IX APERFEIÇOAMENTO EM PSICOLOGIA HOSPITALAR (Teórico e Prático)
Destinado a: quarto, quinto anistas e profissionais em Psicologia.
Turmas: mensal (4º sábado do mês) ou semanal (3as feiras à noite)
EXTENSÃO EM PSICOSSOMÁTICA E PSICOONCOLOGIA
Destinado a: estudantes a partir do primeiro ano e profissionais.
CURSOS DE EXTENSÃO CULTURAL
Psicologia Hospitalar, Psicooncologia, Psicossomática, Psicoterapia Breve, Dependência Química, Psicopatologia, Psicofarmacologia, Tanatologia, Pedagogia Hospitalar dentre outros.
Destinado a: estudantes a partir do primeiro ano e profissionais
INFORMAÇÕES CURSOS E EVENTOS
Fone: 11 5054-3053
Local: Edifício Work Center 5
End: Av. Jandira, 295 – cj. 608 Moema – São Paulo | SP
Site: www.cepps.com.br
E-mail: info@cepps.com.br

PSI164_FINAL.indd 31 13/4/2010 11:30:08

Conselho Regional
de Psicologia SP

PSI164_FINAL.indd 32 13/4/2010 11:30:31